



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO- BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**CLEIVER ELIETH VENTURA SILVESTRE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO  
COMPARATIVO ANGOLA E BRASIL**

**REDENÇÃO-CE**

**2017**



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO- BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**CLEIVER ELIETH VENTURA SILVESTRE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO  
COMPARATIVO ANGOLA E BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Andrea Yumi Sugishita Kanikadn**

**REDENÇÃO-CE**

**2017**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira**

**Sistema de Bibliotecas da UNILAB (SIBIUNI)  
Biblioteca Setorial Campus Liberdade  
Catalogação na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

---

S593p

Silvestre, Cleiver Elieth.

Políticas públicas para pessoas com deficiência: estudo comparativo Angola e Brasil. / Cleiver Elieth Silvestre. – Redenção, 2017.

54 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan.

Inclui referências.

1. Deficientes - Política governamental. 2. Pessoas com deficiência. 3. Políticas públicas. I. Título.

CDD 362.40456

---

**CLEIVER ELIETH VENTURA SILVESTRE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO  
COMPARATIVO ANGOLA E BRASIL**

Data da aprovação: \_\_\_\_\_

**BANCA DE AVALIAÇÃO**

---

Profa. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan  
Orientadora

---

**Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição**  
**Membro**

---

**Prof. Dr. Pedro Magrini**  
**Membro**

Dedico esse trabalho de conclusão de curso, aos meus Pais que sempre me apoiaram incondicionalmente para a minha formação.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me guiado sempre, por ter me dado forças para enfrentar as dificuldades.

Gostaria também de agradecer aos meus Pais por acreditarem sempre no meu potencial e darem-me sempre apoio durante a minha formação pois sem o vosso apoio eu não conseguiria chegar até aqui.

Devo agradecer a UNILAB (Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira) o corpo docente dessa universidade, os membros diretivos e sua Administração pelos ensinamentos que foi dando focando sempre em qualificar melhores profissionais para atuarem dentro do mercado de trabalho brasileiro e pelo Mundo a fora especificamente o continente africano que é o continente que tem mais contato com a universidade.

Não posso deixar de agradecer a minha orientadora Dr. Andrea Kanikadan por ter aceitado meu pedido para ser minha orientadora e acompanhar meu percurso académico até hoje.

Não é fácil ficar 4 anos fora da família, mas mesmo com essa distância vocês procuram sempre manter contato comigo e mostrar sempre que vocês estão disponíveis para mim independentemente de qualquer circunstância, assim sendo devo agradecer toda minha família: Pais, irmãos, tios e tias, minha avó por me apoiarem sempre e se preocuparem comigo, por me motivarem também a não desistir de realizar meus sonhos hoje eu vejo e tenho a plena certeza que valeu a pena ter acatado vossos ensinamentos.

Ao longo deste período de formação muitas pessoas passaram por minha vida, deixaram suas marcas contribuindo para meu crescimento e desenvolvimento intelectual.

Entre essas pessoas gostaria de agradecer:

Meus amigos que apoiaram e deram-me o devido acompanhamento quando cheguei em Redenção entre eles: João Pascoal, Ferreira Timotéo, Marco, Jorge, Leila Dinora, Manuel Geremeias, Boio, Florença, Abgail, Cátia Seca, Cesaltina Gomes, Evalda Daio, Leana Semedo, Paulo Fernandes entre outros amigos que recepcionaram-me quando cheguei em Redenção sou muito grata a vocês por terem me recebido nessa cidade com muito amor e mostrar sempre que não estou sozinha nesta Luta e que vocês estariam sempre disponíveis para mim caso houvesse alguma eventualidade.

Meu especial agradecimento vai também para minha querida amiga Leila Dinora que vivemos durante 3 anos juntas em Redenção e sempre nos tratamos como irmãs e nos auxiliávamos sempre que fosse preciso eu nunca irei me esquecer de ti.

Agradecer também minhas irmãs e companheiras de Luta que a vida me deu as minhas Santolas Nay Gomes, Cátia Seca, Evalda Daio, e Ana Isabel meinas muito obrigada por fazerem parte dos meus momentos vividos em Redenção, obrigado por estarem sempre disponíveis para mim e me aturarem pois sem que não sou uma pessoa fácil de lidar mas mesmo com esse meu jeitinho chato vocês me amam desse mesmo jeito.

Sem esquecer devo agradecer também minha amiga Kelly que me apoiou bastante neste trabalho, passando dicas da ABNT, ajudando com pesquisas e dando alguns conselhos nos momentos de stress Kelly obrigada por tudo amiga, você é especial pra mim.

Sem esquecer devo agradecer meu namorado Leandro e meus amigos de Angola que sempre me apoiaram, Daniela, Leo, Shelcia, Irina, Glória de Miranda a minha flor como nos chamamos vocês são muito importantes para mim sinceramente não sei o que seria de mim sem vocês. Não posso esquecer também de agradecer a minha companheira de casa Flávia Cristina

Para finalizar meus agradecimentos, agradeço também meus colegas de turma que me apoiaram e incentivaram para mais uma etapa da minha vida.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso busca identificar as políticas públicas existentes voltadas para pessoas com deficiência em Angola e no Brasil, de formas a conhecer melhor a realidade dos dois Países. Ao decorrer do tempo começou a surgir cada vez mais a necessidade de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e torná-las visíveis. Devido algumas manifestações sociais que foram surgindo, os governos passaram a se dedicar em fazer políticas públicas com objetivo de promover a inclusão social e garantir os direitos e deveres das pessoas com deficiência. A partir dessa iniciativa surge a criação da convenção que é uma Lei internacional que rege os princípios, obrigações, direitos e deveres a serem seguidos pelos Países signatários. O que é visto até os dias de hoje é que mesmo os governos de Angola e Brasil medindo esforços em prol de criar políticas públicas para pessoas com deficiência, a sociedade ainda não vê a real inclusão do deficiente em várias esferas. Assim sendo por meio de um levantamento bibliográfico e realização de entrevistas feitas em Angola e no Brasil buscou-se fazer uma análise de como ocorre o processo de formação dessas políticas e compreender as falhas que ocorrem nessas políticas que fazem com que elas não tenham resultados satisfatórios.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência. Angola. Brasil

## ABSTRACT

The present work of course completion seeks to demonstrate the existing public policies aimed at persons with disabilities in Angola and Brazil, in order to better understand the reality of the two countries. Over time, the need to include the disabled person in society has become more and more visible and visible. Due to some social manifestations that have arisen, governments have started to dedicate themselves to public policies aimed at promoting social inclusion and guaranteeing the Rights and Duties of Persons with Disabilities. From this initiative comes the creation of the convention which is an international law that governs the principles, obligations, rights and duties to be followed by the signatory countries. What is seen to this day is that even the Angolan and Brazilian governments are struggling to create public policies for people with disabilities, society does not yet see the real inclusion of the disabled in various spheres.

Thus, through a bibliographical survey and interviews conducted in Angola and Brazil, an attempt was made to analyze how the process of forming these policies occurs and to understand the flaws that occur in these policies that cause them to not have satisfactory results.

**Keywords:** Disabled people. Angola. Brazil

## **LISTA DE SIGLAS**

**INEE-** Instituto Nacional de Educação Especial

**IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**UNILAB-** Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira

**MINARS-** Ministério da Assistência e Reinserção Social

**PCD-** Pessoas Com Deficiência

**ONU-** Organizações Das Nações Unidas

**OIT-** Organização Internacional Do Trabalho

**OMS-** Organização Mundial Da Saúde

**AMPID-** Associação Nacional Dos Membros Do Ministério Dos Idosos e Pessoas Com Deficiência

## SUMÁRIO

<b>1-</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1	Justificativa.....	12
1.2	Questão da Pesquisa.....	13
1.3	Hipótese.....	13
<b>1.4</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>13</b>
1.4.1	Objetivo Geral.....	13
1.4.2	Objetivos Específicos.....	13
<b>2-</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>14</b>
<b>3-</b>	<b>HISTÓRIA DA DEFIÊNCIA.....</b>	<b>14</b>
3.1	Definição da Deficiência.....	18
<b>4-</b>	<b>TERMOLOGIA PESSOAS COM DIFICIÊNCIA X PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....</b>	<b>20</b>
<b>5-</b>	<b>INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....</b>	<b>23</b>
<b>6-</b>	<b>CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>25</b>
<b>7-</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
<b>8-</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>35</b>
<b>9-</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>52</b>

## 1- INTRODUÇÃO

O presente projeto busca discutir “A política pública para pessoas com deficiência” que será desenvolvido em volta de uma análise nacional que será envolvida em um estudo baseado nas políticas públicas para pessoas com necessidades especiais em Angola e no Brasil.

Este tema ajuda-nos a perceber o quanto as pessoas com deficiência são excluídas e discriminadas pela sociedade de uma forma geral. Com este tema procura-se perceber quais são os mecanismos adotados pelos governos de Angola e Brasil para o combate da exclusão social e a discriminação. O intuito é melhor entender porquê muitas das vezes o ser humano discrimina indivíduos “diferentes” e a sociedade legitima essa exclusão. A partir deste ponto, para se elaborar medidas de combate eficazes por parte do governo, é necessário um olhar mais próximo de cada segmento para poder entender como ocorrem as dinâmicas sociais.

Não é fácil falar sobre o processo de exclusão social, uma vez que este processo é tão antigo quanto o processo de socialização. Historicamente falando este processo foi sempre marcado pela inserção da pessoa com deficiência onde as sociedades divergiam na atribuição de causas da deficiência e na forma de tratamento das pessoas com deficiência. Este processo ficou marcado também por diferentes culturas tradicionais onde muitas delas mostravam alguns problemas como aceitação com naturalidade das deficiências e acreditavam que a deficiência era causada por obra do demônio, feitiço ou mesmo até por forças do além.

O combate à exclusão social parte do governo que tem o poder e autonomia em elaborar políticas públicas destinadas a mudança desse quadro que ainda é vivenciado até os dias de hoje. De acordo com o Ministério de Integração Social (MINARS) de Angola, existem em Angola programas de apoio social que visam a proteção social e a inclusão de cidadãos em risco de exclusão social, e desta forma garantem o acesso aos recursos, aos bens e aos serviços, bem como a promoção da igualdade de oportunidades de participação social, numa sociedade com melhor qualidade e coesão social. De acordo também com o Ministério de desenvolvimento social do Brasil, a prioridade hoje é conciliar o desenvolvimento econômico com a justiça social, mantendo o foco em desenvolver e expandir projetos ou programas sociais para o combate à exclusão social e a desigualdade entre as classes e os grupos minoritários. Com estes programas desenvolvidos por esses dois países que estão sendo

estudados espera-se que a ação tenha como consequência o aumento da economia local através da justiça social e consequentemente trazer o resultado social e sustentável.

## 1.1 Justificativa

Devido a existência de pessoas com deficiência, na década de 1960 vários países começaram a criar medidas para garantir os Direitos iguais para pessoas com deficiência, sabendo que as pessoas com necessidades especiais na maior parte das vezes são discriminadas e praticamente eram excluídas por uma parte da sociedade, precisava-se urgentemente de políticas públicas que garantissem seus direitos

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), estima-se que 15,3% da população mundial (cerca de 978 milhões de pessoas dos estimados 6,4 bilhões de habitantes em 2004) possuíam “deficiências graves ou moderadas”, enquanto 2,9% ou cerca de 185 milhões enfrentavam “deficiências graves”.

Referente a realidade de Angola as políticas públicas para a deficiência são pouco faladas ou debatidas, fato que não deveria acontecer, visto que Angola é um País africano que possui número de deficientes considerado alto, que foi uma das grandes consequências da Guerra civil. No contexto Brasileiro existiu certa necessidade de desenvolver políticas públicas para pessoas com deficiência porque é visto que as pessoas com necessidades especiais sofrem discriminação, praticamente são excluídas pela sociedade e precisavam de Direitos que as protegessem para que a sociedade de uma forma geral as respeitasse.

Devido a relevância do tema surgiu a necessidade de aprofundar o mesmo por meio de uma pesquisa, no sentido de estudar as políticas públicas para pessoas com necessidades especiais em Angola e no Brasil, tendo em conta, a importância deste tema na gestão pública, uma vez que ela desempenha um papel preponderante no desenvolvimento das políticas públicas.

Pois, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) no Brasil existem 204.450.649 habitantes, na qual 45,5 milhões são portadores de deficiência.

(...) 45.606.048 de brasileiros, 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. (Cartilha do censo 2010, p.08, 2012).

Ainda, de acordo com o INE (Instituto Nacional de Estatística) em Angola existem 25.789.024 habitantes, sendo que 656.258 são portadoras de deficiência o que equivale a 2,5% da população residente tem alguma deficiência.

Desta forma a presente pesquisa será muito importante porque poderá ilustrar, as políticas públicas para deficientes vigente nos dois Países e mostrar como elas estão a ser desenvolvidas. Por tanto, ambiciona-se levar à cabo as experiências identificadas ao longo do projeto como um modelo de estudo comparativo de políticas públicas existentes em Angola e Brasil.

## **1.2 Questão de Pesquisa**

Quais são as políticas públicas para pessoas com deficiência em Angola e Brasil?

## **1.3 Hipótese**

Hipótese 1: O Governo de Angola e Brasil criam mecanismos através das políticas públicas para poder integrar as pessoas com deficiência na sociedade.

Hipótese 2: O processo de inclusão social exerce grande impacto social e econômico para as pessoas com deficiência.

Hipótese 3: Existência de leis que defendem os direitos das pessoas com deficiência, mas muitas delas não são regulamentadas e respeitadas caso prático visto em Angola.

## **1.4 Objetivos**

### **1.4.1 Objetivo Geral**

Identificar e analisar as políticas públicas para pessoas com deficiência, suas leis e diversos projetos existentes nessa área de estudo nos Países de Angola e Brasil.

### **1.4.2 Objetivos Específicos**

- Identificar os problemas enfrentados pelas famílias que têm membros com deficiência.
- Fazer uma comparação das políticas públicas existentes em Angola e Brasil.
- Demonstrar a importância das políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA**

No presente referencial teórico serão abordados diversos temas que possam contribuir para a obtenção da resposta da pergunta de pesquisa. Para melhor entendimento, os primeiros temas a serem desenvolvidos no trabalho serão alguns conceitos que a partir dos mesmos poderemos ter um breve entendimento do foco do trabalho.

Serão desenvolvidos também alguns subtemas como: História da deficiência (Partindo de uma visão geral) e depois especificar a realidade vivenciada nos dois Países que estão sendo estudados, As políticas públicas existentes, deficiência a nível da Saúde e Escolas (Angola e Brasil), Inclusão social, Leis existentes, avaliação das políticas públicas etc.

Primeiramente irei abordar sobre a terminologia “pessoas com deficiência X pessoas com necessidades especiais”, com a intenção de perceber sobre o termo adequado que devesse usar quando fala-se sobre a deficiência. Considerando a importância da discussão, não só pela terminologia, os governos devem criar legislação que resulte no estabelecimento de políticas públicas. O item seguinte busca trazer uma discussão conceitual de políticas públicas.

Os capítulos seguintes tratam da pessoa com deficiência, partindo do conceito de deficiência numa visão geral, sobre grandes debates ou temáticas que foram desenvolvidas no decorrer do tempo.

## **2.1 História das deficiências**

A História das deficiências no mundo ficou marcada por grandes lutas e ao mesmo tempo grandes conquistas.

Na antiguidade, os deficientes carregaram a imagem de deformação do corpo e da mente. O nascimento de uma pessoa nessas condições era visto como castigo de Deus, sendo elas vistas como feiticeiros ou bruxos. Eram considerados seres diabólicos e para poder se purificar deviam ser castigados. No decorrer dessas trajetórias tristes que foram acontecendo ao longo da História constatou-se a existência de povos com atitudes positivas, como o caso, por exemplo, dos Tupinambás que sustentavam os feridos de guerra e os acidentados durante o período da recuperação ou durante toda vida. Também podemos ver os Semangs que é uma tribo na Malásia onde as pessoas com deficiência eram procuradas para dar conselhos ou até discutir disputas.

Pode-se afirmar que a luta das PCD começa mesmo a partir deste momento que muitos deles eram eliminados e abandonados pelos seus familiares. Apesar de tudo, isso algumas pessoas com deficiência mostravam resistência como é o caso por exemplo de Homero que foi um grande poeta da Grécia antiga e foi abandonado por sua mãe por ser cego, mesmo sendo cego, Homero escreveu belos poemas de Ilíada e Odisseia. A partir deste exemplo podemos perceber que desde o princípio da história da Humanidade as pessoas com deficiência já possuíam habilidades apesar de algumas Leis que existiam na altura, não havia oportunidades para essas pessoas sobreviverem, uma vez que muitas delas assim que nasciam eram mortas ou eliminadas de uma forma exposta.

De acordo com artigo publicado pela Associação Nacional Dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos Dos Idosos e Pessoas Com Deficiência (AMPID) diz que Nesta altura, em Roma existiam Leis mais conhecidas como Leis Romanas da antiguidade. E

essas leis permitiam matar crianças que nasciam com deformidades físicas, essas crianças eram mortas afogadas, também tem alguns casos que os Pais abandonavam seus filhos no rio Tibre ou mesmo em lugares sagrados. Foi visto também que no caso de alguns sobreviventes muitos deles eram explorados ou eram postos a trabalhar em circos para o entretenimento.

Ainda dentro do tema sobre a História da Deficiência segundo o mesmo artigo publicado pela AMPID afirma que no Império Romano surge o Cristianismo cuja doutrina ou ideologia era a caridade e o amor entre as pessoas. Desta forma foi a partir do cristianismo que começou-se a combater a prática de eliminação das pessoas com deficiência, o preconceito, e o abandono por parte da família, uma vez que muitos acreditavam que as pessoas que nascem com algum tipo de deficiência era castigo de Deus, e os mesmos os consideravam como pessoas Bruxas ou feiticeiras, ai elas precisavam ser castigadas para assim poder se purificar. Esta realidade é vivenciada até hoje em alguns Países africanos da África Austral que é o caso prático de Angola. Por exemplo: Síndrome de *Dawn* ou deficiente físico é denominado como Sereia, e é visto como uma doença causada pela cólera dos espíritos ancestrais, as famílias acreditam que deve ser acalmado pela prática de rituais feito a margem do rio onde fazem homenagem a esses espíritos ancestrais. No caso da deficiência mental acredita-se como sendo consequência da prática de feitiçaria por parte dos parentes mais próximos. Segundo o manual publicado pelo Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) ao contextualizar os antecedentes da realidade angolana refere que no caso de Angola o nascimento de uma criança deficiente pode causar grandes problemas no ceio família pois muitas dessas famílias consideram a deficiência como forças do mal e pode ter como consequência a desarmonia da família e as acusações entre os Pais por ter causado a deficiência à criança através de práticas sobrenaturais, podendo até causar a separação da família.

Os religiosos não tinham conhecimento médicos, desta forma acreditavam que os deficientes poderiam ser curados. Mas enquanto o milagre não ocorria, os deficientes continuavam excluídos do convívio social. Pode-se perceber que o surgimento da igreja foi muito importante porque foi a partir dela que a deficiência foi assumida pelas famílias. A igreja acolhia, e também combateu para o final das práticas da eliminação de crianças que nascessem com deficiência.

O século IV ficou marcado pelo surgimento dos primeiros hospitais onde serviam como centro de caridade e abrigavam pessoas que não tinham condições financeiras para suprir ou satisfazer as suas próprias necessidades e pessoas com deficiência. Estes hospitais que tinham o objetivo de abrigar, educar e proteger essas pessoas acabavam por isolá-las do convívio

social, apesar dessas práticas serem feitas há muitos séculos, pode-se associar essa realidade nos dias de hoje também onde alguns familiares, hospitais, escolas e outras demais instituições isolam deficientes do convívio ou integração social, onde elas acreditam que as mesmas não podem conviver ou interagir com outras pessoas por não possuir as mesmas habilidades que a sociedade de uma forma geral considera como habilidades normais.

Após um longo período de extrema ignorância a Idade Moderna ficou marcada pela transformação e o surgimento de novas ideias que ocorreu no século XIV.

Os hospitais começaram com o desenvolvimento de atendimento para pessoas com deficiência onde os mutilados de guerra eram atendidos para o tratamento ortopédico e também para indivíduos cegos e surdos. Pinel (1745-1826) “explicou que pessoas com perturbações mentais devem ser tratadas como doentes, ao contrário do que acontecia na época, quando eram tratados com violência e discriminação”

O século XVIII que ficou marcado pela Revolução Industrial, ficou caracterizado pelo surgimento de indústrias e a produção mecanizada com o destaque da máquina a vapor, no século XVIII, especificamente na Inglaterra.

Nesta fase a deficiência deixou de ser apenas causada pelas guerras, epidemias e algumas anomalias genéticas, sendo este período marcado também pelas condições precárias de trabalho que conseqüentemente fazia com que ocorresse acidentes e doenças profissionais deixando assim muitas pessoas mutiladas e incapacitando-as de exercer as suas funções, assim sendo neste aspecto pode-se entrar em acordo com a autora Maria do Carmo [20??] que ao falar sobre a revolução industrial afirma que os trabalhadores nessa época “sofreram em busca de melhorias de vida que nunca chegavam, devido ao salário extremamente baixo”.

Algumas calamidades que foram surgindo ao decorrer dos anos como as guerras e os acidentes transformaram de uma forma muito radical a vida de pessoas e deixando graves sequelas como a deficiência. Foi na revolução industrial a partir dessas evidências que ocorriam no ambiente de trabalho que foi preciso a criação do Direito de trabalho e a segurança social.

Assim sendo nos finais do século XIX foi se percebendo uma grande mudança de fato para as pessoas com deficiência. Houve maior atenção especial e a criação de organizações especializadas como hospitais e abrigo com atendimento personalizado a indivíduos com deficiência e começa-se também os estudos para os problemas de cada tipo de deficiência.

O século XX ficou conhecido por grandes mudanças, primeira e segunda guerra Mundial e pela criação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Como consequência das duas guerras que teve na altura, foi notado houve elevado número de pessoas que foram amputados, cegos e outros tipos de deficiência física e mental. Foi exatamente no século XX que os indivíduos com deficiência começaram a ser considerados como cidadão com seus Direitos e deveres de participação na sociedade.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos iniciou-se os primeiros movimentos que primeiramente foram organizados pelas famílias e anos depois ganhou mais integrantes e tais movimentos na altura sofriam críticas e discriminação.

Na década de 60 surge as contradições do sistema sócio-político-econômico, nesta fase ficou evidente que custava muito ao sistema manter a população na improdutividade e segregação, e com o discurso de autonomia e produtividade seria uma forma interessante para a integração das pessoas com deficiência na sociedade.

Assim sendo surgiram entidades planejadas para desenvolver meios para que os indivíduos pudessem voltar ao sistema produtivo. Isto envolvia treinamento e educação especial, meios que permitir-lhes-ia estarem preparados para o trabalho, envolvendo o conceito de integração.

Desta forma podemos perceber que os deficientes em algumas culturas receberam bons tratamentos enquanto que em outras culturas receberam tratamentos desumanos. Os movimentos sociais que foram surgindo ao longo do tempo lutaram pelo reconhecimento de Direito dessas pessoas e ganharam integrantes vindo das diferentes áreas das esferas sociais.

Baseando no contexto histórico angolano, a deficiência ficou marcada pela guerra civil que o País enfrentou e teve como grande consequência e sequelas o número elevado de pessoas com deficiência e também a saúde precária enfrentada pelo País.

No contexto Brasileiro segundo Fernandes et al (2011), “No Brasil, há também relatos de criança com deficiência que eram abandonadas em lugares assediados por bichos muitas vezes as mutilavam ou matavam”

### **3.1 Definição da deficiência**

Para melhor entendimento desta temática é importante aprofundar sobre a definição da deficiência e a partir daí perceber que a visão de deficiência vai mais além do que aquilo que estamos habituados a ver como as cadeiras de rodas ou mesmo as muletas. Desta forma é necessário perceber que a deficiência engloba muito mais do que isso, para além das pessoas que andam em cadeiras de rodas e muletas também podemos encontrar deficientes mentais,

amputados, surdos e mudos e é importante destacar que essas diferenças são essenciais para as políticas de apoio aos deficientes.

O conceito de deficiência está diretamente ligado com os momentos históricos da humanidade, suas crenças, e seus valores. Podemos comprovar essa afirmação com a lida mais abaixo do trabalho quando se fala sobre a história da deficiência.

Para a inclusão dos indivíduos na sociedade é fundamental que se conheça primeiro o conceito de deficiência para que assim possamos conviver com harmonia e respeitando as diferenças. Pessoas com deficiência são aquelas com algum tipo de alteração nos segmentos motor, mental, sensorial e múltiplo. Na concepção da Organização Mundial de Saúde (OMS), a deficiência é uma perda ou anormalidade de estrutura do corpo ou função corporal fisiológica, incluindo as mentais (OMS, 1997).

Do ponto de vista médico, a deficiência é a incapacidade de uma ou mais função do indivíduo, ao que se refere a perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

Percebeu-se que a deficiência pode ser caracterizada de algumas formas, a saber: A deficiência permanente que é identificada pela impossibilidade de recuperação, a deficiência congênita no qual a pessoa nasce portadora e a deficiência adquirida que se adquire ao longo da vida.

É importante que se conheça cada tipo de deficiência para que a sociedade entenda as limitações das pessoas com deficiência e ao mesmo tempo perceba as suas potencialidades independentemente de qualquer deficiência.

Quanto ao direito do trabalho para o portador de deficiência foi estabelecida uma definição pela Organização Internacional do trabalho (OIT), que assim estabeleceu quais são os indivíduos sujeitos a serem incluídos na legislação trabalhista.

A convenção 159 da Organização Nacional do Trabalho (OIT), de 1983 define pessoa com Deficiência como:

“... todo individuo cuja possibilidade de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas em decorrência de uma reconhecida desvantagem física ou mental”. (OIT, 1983).

De acordo com o Art.37 do decreto nº 3.298/99 define a deficiência como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere

Incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

No que se refere a Política Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência no Brasil estabelece orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos

direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, estipulada no Decreto nº 3.298/99 de 20 de Dezembro de 1999, e considera pessoas com deficiência aquelas que se enquadram na seguinte categoria:

I) Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II) Deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;

b) de 41 a 55 db – surdez moderada;

c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;

d) de 71 a 90 db – surdez severa;

e) acima de 91 db – surdez profunda; e

f) anacusia;

III) Deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores

IV) Eficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

a) Comunicação;

b) Cuidado pessoal;

c) Habilidades sociais;

d) Utilização da comunidade;

e) Saúde e segurança;

f) Habilidades acadêmicas;

g) Lazer; e

h) Trabalho

V - Deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências

#### **4 TERMINOLOGIA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA X PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Confesso que quando escolhi o tema do trabalho uma das grandes dificuldades que tive ao delimitar o tema foi o termo correto que deveria usar, se seria pessoas com deficiência, pessoas com necessidades especiais ou pessoas portadoras de deficiência. Mas com as leituras feitas para o meu referencial teórico pude perceber que existem discussões sobre o termo correto ou certo a se usar quando se refere às pessoas com deficiência.

Ao ler alguns artigos percebi que jamais haverá um termo certo e único a se usar e que seja válido em todos os tempos e espaços visto que em cada época podem ser utilizados termos compatíveis com valores existentes em uma determinada sociedade.

Sasaki (2003) afirma que possivelmente a palavra “portadora” será abolida, pois o autor destaca o fato de que uma pessoa não porta deficiência, mas sim possui uma deficiência, e esta deficiência faz parte da pessoa nesta linha de pensamento; o autor afirma que não existe ainda um único termo correto:

[...] a razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência (SASSAKI, 2003, p. 12).

No decorrer do tempo começou-se a discutir sobre o termo certo que pode-se tratar as pessoas com necessidades especiais, ou seja precisava-se saber e definir como seria o termo certo a usar, se era o termo pessoas com deficiência ou pessoas com necessidades especiais.

Sabemos que historicamente as pessoas portadoras de deficiências ou necessidades especiais, fizeram grandes movimentos sociais (manifestações etc.) para a conquista dos seus Direitos e aceitação perante a sociedade, visto que de uma forma geral essas pessoas são praticamente as mais discriminadas e rejeitadas pela sociedade e precisavam reivindicar seus Direitos e Deveres perante a sociedade e os órgãos institucionais públicos e privados para que ajudassem a incluí-las na sociedade.

A partir de algumas conquistas que foram tendo por intermédio dessas reivindicações que foram surgindo por todo Mundo, alguns Países historicamente falando estiveram mais avançados nesses movimentos sociais e conseqüentemente obtiveram maiores resultados e conquistas e hoje certamente têm maiores políticas de inclusão social. Desta forma surgiu a grande discussão da terminologia adequada a usar.

Até os anos 80 a sociedade, usava termos como Aleijado, Defeituoso, incapacitado, inválido; no mesmo ano, por influência da ONU começou a ser usado o termo “portadores de deficiência” e metade da década de 1890 a terminologia passou a ser “pessoas com deficiência” que é usada até os dias de hoje.

Em determinado período começou-se a usar o termo “pessoas com necessidades especiais”, sendo mais usado na educação especial de algumas crianças com deficiência, passando mais tarde a ser usada fora do ambiente escolar.

Desta forma percebe-se que a sociedade de uma forma geral deve ter cuidado com a linguagem, porque muitas das vezes a forma que a linguagem é usada leva a entender que é ato de discriminação e desrespeito para a pessoa com deficiência. Por isso há que se ter muito cuidado com a linguagem.

Quanto a terminologia usada no dia a dia para a definição da pessoa com deficiência, use-se várias expressões como: Pessoas com necessidades especiais, pessoas portadoras de deficiência, entre outras expressões. Alguns séculos atrás, os deficientes eram considerados e chamados como “inválidos” termo que tem como significado “indivíduo sem valor” e praticamente eram reconhecidos pela sociedade como indivíduos inúteis e muita das vezes até mesmo pela família. Atualmente ou nos dias de hoje, o termo recomendado a se usar é “pessoas com deficiência” que foi o termo desejado pelos movimentos mundiais de pessoas com deficiência, e são esses termos que também foram adotados por Brasil e Angola.

Cabe ressaltar que alguns especialistas na área e algumas pessoas com deficiência rejeitam este termo e consideram esta palavra inadequada e estimuladora de preconceito e preferem substituir pela “expressão pessoas com necessidades especiais”.

Segundo Sasaki (2005), os movimentos sociais de pessoas com deficiência debateram sobre o nome que desejam ser chamados e Mundialmente ficou aprovado como “pessoas com deficiência”, sendo esse termo utilizado em todos os idiomas e esse mesmo termo fez parte da Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência realizada pela assembleia Geral da ONU em 2005 e 2006 onde posteriormente foi promulgada por meio de Lei nacional para todos os Países membros.

O autor enumera alguns princípios básicos que fez com que os movimentos sociais tivessem chegado ao nome “pessoa com deficiência”, a citar:

1. Não esconder ou camuflar a deficiência;
2. Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;

5. Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com Capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades Diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”, “não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia” (i.é, “aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências”); etc. O governo Federal definiu por Lei o termo correto para tratar pessoas com deficiência. Com a aprovação desta Lei o termo “portador” foi oficialmente, no dia 05 de novembro no diário da República.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades e condições com as demais pessoas (CONVENÇÃO SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, ONU, 2008).

Ao meu parecer, com as pesquisas realizadas, pude perceber que quanto a terminologia certa a se usar para a delimitação do tema, a expressão mais adequada e utilizada pelos pesquisadores é “pessoas com deficiência” porque ao usar essa terminologia a palavra pessoa vem antes do adjetivo e sem esquecer que a palavra deficiente é estigmatizada. E o grande objetivo é a integração e inclusão desta pessoa.

Considerando a importância da discussão, não só pela terminologia, os governos devem criar legislação que resulte no estabelecimento de políticas públicas. O item seguinte busca trazer uma discussão sobre a Inclusão Social e a Educação Especial.

## **5 INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Ao falar sobre a inclusão social, percebe-se que historicamente falando ela surge por meio do processo de exclusão onde tenta aproximar aqueles que foram excluídos ou postos de lado. A inclusão tem ganhado bastante destaque nas últimas décadas no Mundo e inclusive nos dois países que estão sendo mencionados neste trabalho.

O processo de inclusão em todas as esferas como a acessibilidade na escola, no trabalho, nos edifícios etc. Ainda é um grande desafio do século XXI. Por outro lado, apesar de inúmeras dificuldades podemos observar um crescente avanço no processo de aceitação das ideias inclusivas na sociedade.

Sabemos que a ideia de não eliminar a participação das pessoas com deficiência de desempenhar e destacarem grandes papéis na sociedade ainda é muito recente, e essas conquistas foram concretizadas graças a muitas manifestações, e também por meio de

convenções onde era pautado e definido em termos de leis os Direitos das pessoas com deficiência.

A inclusão consiste na busca imediata da criação de condições que garantem o acesso e a participação de todos e de cada um investindo no rompimento de barreiras sociais, físicas, de comunicação e atitudinais.

Percebe-se que é importante a discussão sobre a inclusão na nossa sociedade, porque o respeito e a garantia da participação social de cada pessoa, o respeito a características como (gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, psicológicas e etc.) surgem como uma forma de promover a reivindicação por uma sociedade justa e igualitária.

Quando se fala sobre a temática inclusão social traz-nos logo a visão de uma sociedade que acolhe e respeita a diversidade humana, em termos de atividade ou mesmo nos diferentes tipos de relacionamento.

Podemos considerar a inclusão como uma inovação onde existem movimentos Mundiais de pessoas com deficiência e seus familiares que lutam em busca dos seus direitos e lugar na sociedade.

A década de 80 ficou marcada pelas lutas e direitos das pessoas com deficiência a partir dessas conquistas a prática de integração Social se torna mais presente. Porém novos estudos feitos pela comunidade acadêmica foi visto que a integração não era suficiente e considerava-se que a sociedade não participava de maneira plena e igual aos demais, desta forma existiu a necessidade do desenvolvimento de um novo conceito para que houvesse mudanças em relação ao quadro vivenciado na época.

Assim sendo, surge um novo conceito que é denominado como inclusão social que segundo SASSAKI (1997, p. 41) conceitua “como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

Quanto ao processo de integração, a sociedade de uma forma geral deve desempenhar um papel muito importante no que se refere a preconceitos em relação a inclusão onde pode ser diminuído ou reduzido por meio de atividades ou ações de sensibilização e depois desse passo podemos notar a diversidade dentro das Escolas inclusivas, empresas inclusivas, lazer e etc.

A Escola inclusiva desempenha uma grande responsabilidade social porque é a partir dessa instituição que vai se criando uma construção de conhecimento objetivando acolher todos que apresentam alguma diversidade promovendo assim uma sociedade igual para todos como está previsto na constituição Federal (Brasil) e na constituição de Angola.

A educação especial é um ensino que visa desenvolver as potencialidades e habilidades das pessoas com deficiência, pode se atingir todos os níveis de ensino, desde o ensino infantil até o superior.

A educação especial surgiu no final do sec. XVIII no continente Europeu e foi uma época que ficou marcada pela ignorância e rejeição do indivíduo com deficiência. O sistema educativo colonial de Angola não envolvia o atendimento escolar das pessoas com deficiência.

De acordo com o Manual publicado pelo INEE pode-se perceber que após 4 anos de independência, em 1979 foi implantado a educação especial em Angola pelo decreto nº 56/79 de Outubro e a partir desta data foi se criando mínimas condições, permitindo assim o funcionamento das Escolas de Ensino Especial e foi considerado nesta altura o surgimento da Educação Especial em Angola no comando ou direção antigamente pela Direção Nacional da Educação Especial e atualmente conhecida como Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) que foi uma das instituições entrevistadas para o trabalho em Angola.

Quanto a realidade do Brasil, podemos considerar que é bem diferente de Angola ao que se refere ao surgimento da Educação Especial. Segundo a autora MANTOAN (2001) afirma que:

“O desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil inicia-se no século 19, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e europeias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais.”

As ações eram inspiradas em experiências norte-americanas e europeias. Cabe realçar que na altura, essas práticas não estavam vinculadas às políticas públicas de educação e foi preciso passar um século aproximadamente para que a Educação Especial no Brasil pudesse ser reconhecida como um elemento do sistema educacional brasileiro.

No sistema educacional brasileiro o atendimento a pessoas com deficiência começou na época do Império com a criação de duas instituições que são: O imperial instituto de Meninos cegos, em 1854, e atualmente conhecido como instituto Benjamin Constant-IBC e o Instituto dos Surdos mudos

## **6 CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

A política pública enquanto área do conhecimento nasce nos Estados Unidos da América onde se concentrava na análise do Estado e suas instituições.

Na Europa as políticas públicas surgem como consequência dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado. Diferente da Europa, a política públicas nos EUA surgem no Mundo acadêmico onde estabeleceu-se bases teóricas sobre o papel do Estado colocando Ênfase nos estudos sobre a ação do Estado. Existem vários conceitos sobre políticas públicas.

De acordo com o autor Peters (1986 *apud* SOUZA 2006, p.24) a política pública “é a soma das atividades dos governos que agem, diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos”. Já o autor. Easton (1965) define as políticas pública como “um sistema, ou seja, uma relação entre a formulação, resultados e o ambiente”.

De todos esses e outros conceitos conhecidos que foram desenvolvidos por muitos autores, segundo Souza, (2006, p.24), o conceito de política pública mais conhecido é o do autor Laswell que afirma que as decisões e análises sobre a política pública implicam responder as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Outros autores contribuíram para a definição da política pública colocando ênfase nos partidos políticos, mídias e grupos de interesse, como no caso do autor Easton (1945 *apud* Souza 2006, p.24) que define as políticas públicas como um sistema ou seja como uma relação entre a formulação, resultados e o ambiente. Segundo o autor os inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Os partidos políticos, a mídia e os grupos de interesse fazem parte do sistema político onde cada um desempenha um papel diferente para a formulação das políticas públicas. Sabendo que os partidos políticos são atores de interação entre Estado e a sociedade, os mesmos exercem papel preponderante nas políticas públicas porque é a partir deles que o cidadão pode participar para discutir, criticar ou debater, apresentar ideias ou propostas econômicas, sociais, políticas e culturais para a satisfação da coletividade.

Os meios de comunicação exercem um papel muito importante para a sociedade e para o sistema político, desta forma a mídia tem a função da comunicação, ou seja, é a partir da informação ou comunicação que o sistema político entra em contato com outros sistemas sociais. A mídia é uma peça fundamental nas políticas públicas. No Brasil no governo Collor (1990-1992), nessa altura os meios de comunicação, televisão e mais adiante a internet foram consolidados como espaços de informação e de relação social política. A partir disto, as políticas públicas começaram a ser debatidos nos canais de comunicação.

Os grupos de interesse têm uma grande relevância nas políticas públicas, eles trabalham em prol da defesa da coletividade, onde todos os integrantes do grupo têm as mesmas ideologias, interesses e objetivos. Os grupos de interesses apesar de serem organizações

separada do Governo eles acabam por influenciar diretamente nas políticas públicas onde os tomadores de decisão devem levar em conta os interesses desse grupo.

Não se pode esquecer que o tema políticas públicas é um tema muito discutido, e muitas das vezes o foco é direcionado as ações dos agentes políticos e sociais para a construção e execução das mesmas.

Dentro dessas temáticas encaixa-se também o ciclo da política Pública que é formado por vários estágios e ajuda-nos a perceber os passos detalhados que são dados pelas políticas públicas até serem executadas. Os estágios que constituem o ciclo das políticas públicas são: Definição da agenda, Identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e Avaliação.

Para melhor entendimento deste trabalho é importante aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento do processo de decisão da agenda governamental e os demais passos, porque é a partir desse conhecimento que poderá se perceber algumas questões como por exemplo, a questão da inclusão social para deficientes.

Com essa questão pretende-se perceber como passou a ser estudada e priorizada como uma política social; essa questão enquadra-se dentro das políticas sociais porque segundo alguns autores como Kassar (2011) que ao falar sobre as distinções sobre políticas pública e sociais afirma que: Existem distinções importantes entre os estudos sobre políticas públicas e políticas sociais. As suas distinções estão voltadas na questão que ambas têm focos diferentes, enquanto a política pública concentra-se no processo de responder questões como “por quê” e “como”, as políticas sociais se concentram nas consequências da política, ou seja o que a política faz ou fez, as políticas sociais focam sempre em questões que a política busca “resolver”, os problemas da área e seus resultados.

De acordo com Kingdon (1995), a agenda governamental é definida pelo conjunto de assuntos sobre os quais os governos e pessoas ligadas a ele concentram sua atenção e o interesse dos formuladores de pesquisa.

Para melhor entendimento dos estágios do ciclo das políticas públicas citados, iremos de uma forma breve objetiva explicar a funcionalidade e a importância de cada estágio.

O primeiro estágio é a definição da agenda, essa fase é enfatizada pela inclusão de algumas questões na agenda, enquanto outras são ignoradas. A essa questão, encontra-se 3 tipos de respostas. A primeira resposta focaliza no problema, onde os problemas entram para agenda quando assume-se que deve-se fazer alguma coisa sobre eles. O reconhecimento e a definição dos problemas afetam os resultados da agenda.

A segunda resposta focaliza na política ou seja se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de enfrentar um dado problema. Esta construção pode ser feita por intermédio de processo eleitoral, mudanças nos partidos que governam ou por mudanças nas ideologias e por ai a fora.

Neste ponto percebe-se que com essa visão o fator poderoso e determinante na formação da agenda é a construção de uma consciência coletiva. A terceira resposta é focalizado nos participantes que são: Os políticos, as mídias, partidos, grupos de pressão e etc que são classificados como participantes visíveis e definem a agenda e os acadêmicos e burocratas que são classificados como participantes invisíveis e definem as alternativas.

A formação da agenda acontece por meio de um problema que a princípio pode ser privado mas ao desenrolar da situação e o descontentamento por parte da comunidade, esse problema pode se tornar público e entrar dentro da agenda da formulação das políticas públicas.

A agenda serve para decidir qual o problema será priorizado e ela é caracterizada pelo planejamento que busca perceber os problemas que merecem maior atenção por parte do poder público. Nesta fase são analisados alguns fatores ou premissas para poder se perceber o cenário real daquela problema, fatores esses como: Dados que apontam as condições de uma determinada situação, emergência do problema e os recursos disponíveis.

Nesta fase o problema é identificado e analisado para que desta forma encontre-se as melhores soluções que são exploradas por meio de pesquisa e análise. Capella (2005) afirma que “ Uma questão passa a fazer parte da agenda governamental quando desperta atenção e o interesse dos formuladores de políticas públicas”

Entretanto podemos perceber que nem todos os problemas reconhecidos pela esfera governamental serão solucionados de forma imediata que possam ganhar espaço na Agenda Governamental, e como bem foi visto que os problemas são priorizados e a solução para os mesmos tem que ser seguindo as suas prioridades ou levando em conta o real problema que está em destaque ou maior abrangência para a população.

Dentro da agenda existe o planejamento que por sua vez é flexível e a elaboração dos projetos dependem de alguns fatores como: Avaliação dos custos, Recursos disponíveis, a urgência quanto ao problema, podendo ser tomado por uma provável mobilização social, e a necessidade da política. Esses fatores citados acima são muito importantes e para a formação da agenda. É preciso levar em conta esses fatores também.

O segundo estágio é conhecido pela identificação de alternativas. Depois de ser levantado o problema e ser colocado na agenda, este estágio funciona para definir ou discutir

as linhas de ação que serão adotadas para melhor solucionar o problema. Deve-se definir qual é o objetivo da política, quais serão os programas a serem desenvolvidos e as metas que pretende-se alcançar. As ideias são levadas para os formadores de políticas públicas que no final são decididas qual ideia ou alternativa irá virar projeto.

Estas ideias ou alternativas podem ser formadas por grupos de interesse, pesquisadores, acadêmicos, funcionários públicos sociedade civil, parlamentares etc. Lembrando que todos eles devem ir em busca do benefício em prol da coletividade e não para os satisfazer em aspecto pessoal ou individual.

Essa etapa é caracterizada também pelas organizações de ideias, alocação de recursos e recorre-se também a especialistas que dão a sua opinião a respeito do assunto e a partir daí estabelece-se os objetivos e resultados que se pretende alcançar criando-se estratégias.

Souza (2006) afirma que esta construção se daria por meio de processo eleitoral com mudanças nos partidos que governam ou por mudanças nas ideologias (ou na forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse.

O terceiro estágio que é referente a avaliação das opções e seleção das opções. Contempla-se a decisão e a definição em torno de alternativas, é definida a ação que será adotada e são definidos os recursos e prazos, competências das diversas esferas públicas envolvidas, os recursos estratégicos de implementação, cronogramas e parâmetros de avaliação.

A tomada de decisão possui três fluxos que são: Humor Nacional, força dos grupos de pressão e mudanças no governo. De acordo com Kingdon, o Humor Nacional é caracterizado por diversas situações na qual pessoas partilham as mesmas questões durante um período de tempo. Os participantes do processo decisório levam a ideia de que um humor favorável cria incentivos para a promoção de algumas questões mas em contrapartida pode também desestimular outras ideias.

A Força dos grupos de pressão é exercida pelos grupos de pressão, onde segundo Cappella (2005) afirma que o apoio ou oposição dessas forças a uma determinada questão sinaliza consenso ou conflito numa arena política, permitindo aos formuladores de políticas avaliarem se o ambiente é propício ou não a uma proposta.

Depois de o tema ser introduzido na agenda governamental e transformado em política pública, vem a implementação e avaliação fazendo parte do quinto e sexto estágio, onde o estágio da implementação é o momento onde o planejamento e a escolha são transformados em atos. O corpo administrativo é o responsável pela execução da política e cabe a eles a ação direta, ou seja, a aplicação, o controle e monitoramento das medidas definidas. Referente ao

sexto estágio que é a Avaliação, após a implementação de uma política é importante avaliar a sua eficácia, pesquisa e análise política estratégica para analisar se a política cumpre suas intenções originais e se existem quaisquer resultados não intencionais.

O campo de pesquisa científica na área de políticas pública no Brasil, tem crescido muito em termos de pesquisa científicas e divulgação de trabalhos científicos, mas percebe-se que existe uma certa limitação na escolha dos temas a serem desenvolvidos e estudados, percebe-se também que os temas têm sido muito repetitivos enquanto poderia-se fazer melhor em termos de pesquisa e abordar sobre outras temáticas dentro das políticas públicas Brasileiras, visto que existem temas com maior relevância ainda são pouco discutidos ou debatidos como o caso da Burocracia.

Segundo Kassar afirma que: “Os Países capitalistas foram marcados pela implementação de políticas sociais e pelo estabelecimento de um Estado de Bem estar social (Welfare State) desde o início do século XX até meados da década de 1970, quando um movimento de reordenamento econômico foi instituído com a implementação de políticas neoliberais que restringiram a ação estatal na esfera das políticas sociais.

As políticas Públicas concedidas para pessoas com deficiência devem responder as reais necessidades e sentidas pelas pessoas com deficiência. As pessoas que se beneficiam dessas políticas Públicas devem identificar-se e apropriar-se dessas políticas e isso só é possível acontecer quando se participa democraticamente desde o início de todo o processo.

O Estado através do poder executivo ao conceder e implementar políticas públicas devem articular programas sociais concretos em prol da melhoria e qualidade de vida das pessoas com deficiência.

O Estado juntamente com poder jurídico deve garantir o cumprimento rigoroso de diplomas legais referentes as pessoas com deficiência bem como responsabilizar de forma exemplar os violadores dos aludidos direitos, as instituições democráticas podem ser o órgão responsável a resolver ou tratar desse tipo de acontecimento. As organizações da sociedade civil podem auxiliar o Estado no cumprimento dessas tarefas exercendo a função de monitoria da implementação efetiva dos instrumentos de proteção dos Direitos das pessoas com deficiência.

Sobre diversas convenções que foram tendo ao longo do tempo sobre os Direitos das pessoas com deficiência, a convenção que teve mais impacto e é mais falada até os dias de hoje foi a convenção sobre o direito das pessoas com deficiência realizada em 03 de Dezembro de 2006. Esta convenção foi realizada na assembleia geral das Nações Unidas em Nova Iorque e foi aprovada por 127 Países, assim sendo ficou marcada como um importante

instrumento legal no reconhecimento e promoção dos Direitos humanos e das pessoas com deficiência e na proibição da discriminação contra essas pessoas em todas as áreas da vida incluindo outras previsões específicas ao que diz respeito a reabilitação e habitação, educação, saúde, acesso à informação, serviços públicos etc.

No contexto Brasileiro de acordo com Maciel e Kassir(2011,p.20) “as políticas políticas sociais passam a ser denominadas como políticas de inclusão”.

Em 2003 quando Luiz Inácio Lula Da Silva assume o Governo Brasileiro e passa a utilizar nos planos plurianuais (PPA) de 2004-2007 e denomina como “Plano Brasil de todos”: Participação e inclusão e tem como objetivo de longo prazo: inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego (Brasil 2003).

Desta forma podemos verificar que a política brasileira vem utilizando a palavra inclusão com maior destaque no final dos anos 90 com a governança de Fernando Henrique Cardoso e depois com a Governança de Luis Inácio Lula.

O documento Avanços das políticas políticas para pessoas com deficiência (2012,p.15) afirma que “o Brasil nos últimos anos tem avançado na promoção do direito das pessoas com deficiência por meio de políticas públicas que buscam valorizar a pessoa como cidadã respeitando suas características e especificidades”.

Quanto ao contexto angolano foi possível verificar que o executivo tem juntando esforços para desenvolver importantes reformas a nível do setor social tendo como prioridades as questões referentes as pessoas com deficiência, que a nível social é a parte da população mais pobre e carente de maior atenção do Estado para responder certas dificuldades e debilidades que essas pessoas enfrentam no seu dia à dia.

Assim sendo o Executivo Angolano aprovou diplomas legais e tomou medidas concretas, como a política da pessoa com deficiência, a criação do conselho Nacional da Pessoa com deficiência, o plano integrado de ações sobre a deficiência, a lei da pessoa com deficiência e a estratégia de inclusão das pessoas com deficiência.

Essas políticas foram integradas para conscientizar as pessoas para aprender a conviver com os deficientes e também garantir os Direitos das pessoas com deficiência e criar normas que regulam as políticas em prol das pessoas com deficiência em Angola.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=27403>

## 7 METODOLOGIA

Neste trabalho de conclusão de curso usou-se a pesquisa exploratória de caráter qualitativo, sabendo que a pesquisa exploratória é caracterizada pela existência de poucos dados disponíveis em que procura-se apurar ideias e a construção de hipóteses. Por esta razão foi necessário aprofundar mais o assunto e estabelecer hipóteses para se perceber os fenômenos estudados.

Para o avanço da pesquisa foi feito um roteiro, com perguntas direcionadas aos entrevistados e também foram usados documentos ( que foram disponibilizados pelos próprios entrevistados) e artigos acadêmicos e revistas online que foram usados para o embasamento teórico do trabalho.

Inicialmente a pesquisa foi feita em artigos, livros e dissertações que abordavam sobre os assuntos como: políticas públicas; pessoas com deficiência ou pessoas com necessidades especiais, a deficiência numa visão mundial, entre outros. A fim de cumprir com os objetivos da pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico para se poder obter um referencial teórico.

Foi feito também levantamentos documental tirados em sites do governo angolano e brasileiro com o objetivo de identificar ou ter maior informação sobre o assunto tratado nas políticas públicas existentes para pessoas com deficiência levando em consideração a realidade atual.

Em termos numéricos, para se entender a quantidade existentes de pessoas com deficiência primeiramente numa visão Global ou Mundial e posteriormente nos dois Países, Angola e Brasil, obteve-se a informação da ONU dando o quantitativo de pessoas com deficiência existentes no Mundo. O IBGE forneceu a informação sobre o censo de 2010 e por último o INE (Angola) forneceu informações sobre o censo de 2014.

De uma forma geral considero que não foi fácil obter algumas informações para concluir a veracidade da pesquisa, devido algumas dificuldades que tive quando estava em Angola procurando autoridades governamentais que trabalham e têm conhecimento sobre o assunto.

Durante a pesquisa em Angola eu pude verificar que ainda existe certas restrições por parte dos funcionários públicos em dar informações sobre certos assuntos. E também uma das grandes dificuldades que tive foi a questão burocrática para conseguir as entrevistas. Percebeu-se que para marcar algumas entrevistas ou fazer alguma pesquisa acadêmica ou ainda conseguir alguma informação é um grande processo burocrático, mas no final de tudo

mesmo com essas barreiras finalmente consegui fazer as minhas entrevistas e ocorreram todas muito bem.

As entrevistas inicialmente foram feitas a partir de um roteiro como base, com perguntas objetivas e aleatórias, e algumas questões foram surgindo no decorrer das entrevistas.

Para se conhecer quais são as políticas públicas existentes para as pessoas com deficiência em Angola, como é feito processo de integração social, os projetos existentes para pessoas com deficiência e as Leis existentes, foram realizadas entrevistas com representantes do Governo e ONGS.

As entrevistas foram gravadas e algumas informações mais relevantes foram escritas a mão. A entrevista foi direcionada a 3 pessoas na qual duas pertencem ao órgão público precisamente onde um é funcionário Público do Ministério de Integração Social ( MINARS) e outro é funcionário público do Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) e por último o representante de uma ONG.

O primeiro entrevistado é chefe de departamento de Integração Social da Direção Nacional de Integração Social da pessoa com deficiência. Durante a entrevista o entrevistado mostrou-se bastante a vontade, bem disposto e um pouco curioso devido a escolha do meu tema, visto que eu sou aluna do Curso de Administração Pública.

Tivemos uma conversa em que ele falou sobre as políticas públicas existentes e desenvolvidas por aquele órgão Governamental que trabalha, porém, não tive a oportunidade de gravar o diálogo pois o entrevistado sugeriu que iria passar todas as informações possíveis por email, como também foi passado alguns livros que abordam assuntos referentes as políticas públicas desenvolvidas pelo MINARS.

De acordo com o entrevistado os livros foram produzidos pela instituição com o intuito ou finalidade de fornecer informações a qualquer interessado que busque conteúdo referentes ao assunto abordado.

O segundo entrevistado exerce a função de técnico de departamento, especificamente no departamento de supervisão das política políticas de educação inclusiva, que é composta por 4 técnicos e um chefe de departamento, onde trabalham precisamente com a política de educação inclusiva em diferentes áreas e estão divididos também nas deficiência que mais se ouve falar em Angola que são: deficiência auditiva, autismo, a auto debilidade, síndrome de down e por ai a fora.

Durante a entrevista o mesmo mostrou-se super bem disposto e disponível para me atender, visto que ele já estava aguardando pela minha visita quando marquei a entrevista. No

desenrolar da entrevista o entrevistado optou por disponibilizar o material por email e pediu que lesse o mesmo e voltasse no dia seguinte depois de ter lido o material para fazer as devidas perguntas e tirar dúvidas referente ao trabalho.

No dia seguinte voltei com o material já lido e começamos com a nossa entrevista, onde foi feita uma gravação que foi autorizada pelo entrevistado, o mesmo iniciou apresentando a política Nacional de Educação Especial, a partir daí fomos dialogando sobre os objetivos do INEE e aos poucos as perguntas foram surgindo com base no roteiro e as perguntas foram muito bem respondidas, superando superou minhas expectativas.

O terceiro entrevistado é presidente da Federação Angolana das Associações (FAPED) é a Federação Angolana das Associações das pessoas com deficiência, onde há a coordenação de 26 associações ou seja, a entidade funciona como coordenadora de todas as associações que trabalham com pessoas deficientes na área civil.

O objetivo da Federação é acompanhar e coordenar todas as atividades das associações e representar a sociedade civil ou os interesses das associações a nível do Governo. Portanto ela é o interlocutor entre as associações e o Governo.

Durante a entrevista o entrevistado mostrou-se muito à vontade e satisfeito com meu interesse pelo tema, porque segundo o mesmo diz que existem poucos trabalhos nessa área em Angola, e que o há certo descontentamento por parte das pessoas de uma forma geral, pois pouco se importam em saber ou ter conhecimento de como vão as aplicabilidades das Leis e políticas públicas para pessoas com deficiência existentes no País.

A entrevista foi gravada, cabe ressaltar que o entrevistado é deficiente físico desde o nascimento. Essa entrevista teve bastante destaque porque foram feitas duas análises, uma por parte do entrevistado como presidente que falou sobre a funcionalidade das ONGS e a outra, o entrevistado como deficiente que abordou de uma forma geral as dificuldades que as pessoas com deficiência em Angola enfrentam até hoje.

A pesquisa de campo realizada no Brasil, foi realizada mais especificamente no Ceará no município de Redenção. Tal como em Angola a pesquisa de campo realizada no Brasil também foi com base em um roteiro com perguntas objetivas e aleatórias e algumas questões foram surgindo ao decorrer da entrevistas.

Posso considerar como uma pesquisa bastante interessante onde os entrevistados gostaram muito do tema em questão e se disponibilizaram em responder todas as questões com bastante satisfação. Assim sendo a entrevista foi feita com 4 pessoas, sendo 2 profissionais do setor da Educação que são professoras da Universidade de Integração da

Lusófono afro-brasileira (UNILAB), 1 aluno deficiente visual da mesma universidade o 4o entrevistado trabalha com crianças com deficiência no Município de Redenção.

A primeira entrevistada é professora da UNILAB do curso de enfermagem da disciplina saúde do adulto e é gerente do setor de acessibilidade da Universidade, a mesma tem experiência de trabalho científicos no tema de deficiência e durante a entrevista pude perceber o quanto ela entende sobre a temática.

Assim sendo posso considerar essa primeira entrevista como bastante tranquila e interessante, a professora estava disposta a responder todas as perguntas porém não foi permitido a gravação da conversa, apenas tive que fazer as anotações das informações no bloco de notas.

A professora passou tudo aquilo que ela sabe e conhece a respeito do assunto e deu umas dicas de alguns materiais que falam sobre o tema e encontram-se disponíveis na internet. Mostrou-se disponível em tirar alguma dúvida que possa vir a ter posteriormente.

A segunda entrevista devo confessar que foi a que me senti mais à vontade visto que eu já tinha uma certa “relação” com a entrevistada então de certa forma houve tranquilidade pois a entrevistada em questão é professora do curso de Humanidades da disciplina de Libras, disciplina na qual eu tive a oportunidade de participar e aprender sobre a Língua dos sinais e na altura a entrevistada havia sido minha professora.

Quando eu fiz o convite para participar da entrevista ela ficou super feliz e aceitou o convite imediatamente. Esta profissional da Educação da UNILAB é deficiente e a sua deficiência é surdez profunda bilateral. A professora nasceu assim, é surda mas conseguia perceber o que eu falava. Para a melhor percepção dela eu tinha que falar devagar de forma que ela conseguisse perceber ou fazer uma leitura labial das minhas falas, mas praticamente a entrevista toda foi de forma escrita, onde eu escrevia as perguntas e logo a seguir a professora respondia as perguntas escrevendo de uma forma legível para que eu pudesse entender.

O meu terceiro entrevistado é aluno da UNILAB ingressou a universidade recentemente é do curso de Administração Pública. O aluno é deficiente visual de nacionalidade Moçambicana, e sua deficiência foi adquirida com 3 anos de idade, surgiu por intermédio de doença Sarampo onde deixou-lhe deficiente. Seu grau de deficiência é cegueira total.

O estudante é o primeiro Moçambicano com deficiência visual no Brasil. Esta entrevista foi uma das melhores experiências que tive no decorrer deste trabalho de final de curso, nossa conversa foi muito descontraída, além disso eu pude aprender muitas coisas com ele, conversando comigo o aluno estava bastante a vontade e apesar das perguntas direcionadas

serem bastante pessoais, em momento algum ele sentiu-se pouco a vontade em responder as perguntas.

Para terminar com a sessão das entrevistas, a última entrevistada foi feita com um profissional da UNILAB que trabalha no setor de assessoria de comunicação, e é presidente de uma instituição que trabalha com crianças com deficiência. A instituição chama-se Raily e existe a dois anos e é a única instituição do Maciço de Baturité que trabalha com crianças com deficiência.

A partir desses detalhes mencionados acima podemos ter uma pequena ideia do quanto essa entrevista foi interessante ao mesmo tempo emocionante visto que ela teve um diferencial relacionado as demais entrevistas que fiz.

Durante a entrevista o entrevistado mostrou-se bastante confortável e descontraído e respondia todas as questões que eram feitas. Essa entrevista foi gravada e algumas coisas importantes ditas pelo entrevistado preferi anotar no meu bloco de anotações.

## **8 ANÁLISE DOS DADOS**

Visando cumprir o objetivo de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso que é “Demonstrar a importância das políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência”, assim sendo nas respostas das entrevistas procurou-se dar sequência interpretativa para os demais dados coletados de modos a facilitar na construção da argumentação e assim possibilitar clareza no entendimento dos processos estudados.

Retomando a pesquisa de campo feita em Angola, com a primeira (A) e segunda(B) entrevista que foram feitas em duas instituições de esfera pública que são: Ministério de Integração Social (MINARS) e o Instituto de Ensino Especial (INEE) conseguiu-se perceber logo que realmente existem políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência, e todas elas estão estabelecidas no decreto de Lei da constituição Angolana.

Nessas entrevistas foram abordados alguns programas que são desenvolvidos por essas organizações em prol da integração social e da Educação Especial. Porém os entrevistados afirmaram que para além dos feitos até os dias de hoje, ainda precisa-se fazer mais na construção de políticas públicas para pessoas com deficiência e fazer com que realmente elas funcionem tal como foi planejado sem haver nenhuma violação das Leis estabelecidas.

As entrevistas demonstram que em Angola a maioria das pessoas com deficiência existente no País são vítimas da guerra civil e de algumas epidemias que o País sofreu na época de guerra como é o caso da doença Poliomielite que na altura deixou muitas crianças

com paralisia parcial ou total. Atualmente em Angola encontramos também pessoas com deficiência provenientes dos acidentes rodoviários devido aos excessos de velocidades, estrada em péssimas condições, consumo excessivo de álcool etc.

O entrevistado (B) que trabalha especificamente com a política de Educação Inclusiva do (INEE) afirma que a instituição trabalha em diferentes áreas e também nas deficiências que mais se ouve falar em Angola que são: Deficiência auditiva, autismo, a auto debilidade, síndrome de down, entre outras.

O entrevistado(B) afirma que relativamente sobre o trabalho das políticas de educação inclusiva, a política é documento reitor que rege pelo funcionamento da instituição que é o instituto de educação especial (INEE) e esse mesmo documento contém aquilo que vai nos permitir materializar os planos, as atividades e não só e nesta ordem é um novo projeto desta política que vai poder dar sustentabilidade aquilo que se está a fazer.

O entrevistado fez questão de explicar detalhadamente sobre esse documento reitor que rege o funcionamento das políticas de educação. O entrevistado começou por os cinco pontos importantes que são: O Marco histórico normativo;

- Dado do contexto atual;
- O público alvo na aérea do ensino especial;
- Quais são os objetivos dessa mesma política;
- As políticas públicas como tal.

Ainda sobre a política de Educação inclusiva o entrevistado relatou, algumas estratégias implementadas pela instituição para resolver algumas problemáticas que eles encontram por parte dos familiares que preferem isolar a pessoa com deficiência, porque acham que esse membro da família seja incapacitado e impossibilitam de ir a escola, a respeito desse ponto, o entrevistado afirmou o seguinte:

“Falar do contexto nosso em Angola onde 50% / 40% da população ainda é analfabeta encontramos o constrangimento, onde há regiões em que acham que as pessoas com deficiência são marginalizadas, acreditando que possam ser feiticeiras e muito mais, então encontramos resistência na família. Um dos trabalhos importantes que o Ensino Especial vem fazendo é sensibilizar as próprias famílias mostrando a eles que realmente todo indivíduo tem o seu lado positivo e seu lado negativo, cada um tem o seu ponto franco e o seu ponto forte e é normal que a gente tem uma pessoa em casa com uma debilidade, com uma deficiência A ou B mas nós temos que fazer é não mantê-lo em casa porque existem especialistas que podem trabalhar com este aluno ou essa pessoa no sentido de aprender e mostramos exemplos claros, nós temos pessoas surdas que hoje são professores, temos pessoas cegas que hoje também são professores e trabalham em diferentes áreas a nível social. A família aqui é um dos elementos importantíssimo para poder então desmistificar esses preconceitos que as pessoas têm”. Entrevistado (B)

O entrevistado ainda acrescenta dizendo que:

“Temos o outro item que são os dados do contexto atual: Temos uma coletânea de dados estatísticos para obter indicações, ou seja, trabalhamos em cada ano com as províncias as quais dão um relatório de quantos estudantes foram inscritos, quantos estudantes desistiram, como foi o aproveitamento desses mesmos alunos ao longo do processo. Sabemos que em Angola nem sempre as escolas estão próximas das pessoas e quando se trata das pessoas com deficiência as vezes os Pais não têm aquele tempo de leva-los a escola porque têm que trabalhar no campo ou qualquer área laboral mais em suma registrou-se um aumento significativo de números de estudantes com deficiência porque o instituto foi dando formações a nível das províncias, fomos então sensibilizando as pessoas mostrando que as pessoas com deficiência também aprendem, são capazes de interagir e lutar pela auto sustentabilidade. É um processo nos até agora fizemos isso nas nossas atividades de campo e houve também uma ampliação maior das escolas que oferecem a Educação Especial com 20 Escolas Especiais e 775 Escolas comuns que são aquelas escolas inclusivas.” Entrevistado B

A política Nacional de Educação Especial tem como objetivo promover a transversalidade dessa modalidade para assegurar o direito de acesso e participação Escolar dos alunos definidos como público – Alvo ou seja a política tem como grande objetivo fazer com que as pessoas com deficiência interajam de igual forma como as ditas normais, que consigam lutar pela auto sustentabilidade reconhecendo então as suas limitações e garantindo a eles uma vida equiparada como todas as pessoas gostariam de ter.

Por fim, o presidente da ONG entrevistado (C), oferece sua contribuição dizendo que a ONG coordena 26 associações que trabalham com pessoas deficientes na área civil em Angola. Sobre as Leis voltadas para pessoas com deficiência existente em Angola e afirmou o seguinte:

“Felizmente Angola é um País que tem muitas Leis, nós temos muitas Leis nesse âmbito, mas pouco se cumpre a sua aplicabilidade não é efetiva porque muitas delas não estão regulamentadas; estão só em Leis, mas não tem regulamento e então não funciona. Há uma Lei de subsídios para deficientes, mas essa Lei não se faz sentir ou cumprir porque ela não está implementada então não dá, por isso é que vê-se muitos deficientes na rua a pedirem algum trocado porque não têm dinheiro, não têm nada e sabe-se que os deficientes são de camada de família mais pobre eu até costume a dizer que nós somos mais pobres dos pobres porque não é vontade alguma de uma pessoa deficiente ficar no sol escaldante na rua a pedir por algum trocado. Isso só acontece porque alguma coisa faz ou acontece que lhe faz estar ai porque se ele tivesse um pequeno subsidio peculiar que fosse ele não estaria ai, portanto esse é o problema que Angola tem; vamos ver se o nosso Governo agora com essas eleições, as coisas vão mudar”

O entrevistado mencionou alguns Países que atualmente estão mais avançados em termos de políticas Públicas para pessoas com deficiência como é o caso do Brasil e Portugal que são Países que ele conhece e as vezes é chamado para participar em atividades como congressos etc que são realizadas para debates de algumas situações que até os dias de hoje as pessoas com deficiência enfrentam.

É importante mencionar que este entrevistado é deficiente físico, logo as informações cedidas pelo mesmo foi de experiências dele como pessoa com deficiência e também como presidente daquela ONG.

Sobre as políticas públicas existente para pessoas com deficiência o representante da ONG afirma:

“Graças ao nosso empenho temos acompanhado as políticas públicas, apesar de termos também um outro problema que nós não estamos representados na assembleia Nacional, onde nós devíamos nos fazer representados na assembleia tal como nos outros Países você não pode falar de mim sem eu concordar porque eu é que tenho que falar sobre os meus problemas porque ninguém melhor do que eu para explicar sobre as minhas dificuldades”.

Foi visto no relato mencionado acima que a ausência da participação social nos processos políticos facilita a aprovação e implantação de leis que não atendem com eficácia a demanda desejada. Ainda relacionado a esse assunto, buscando contribuir para que as políticas públicas implementadas sejam conduzidas de forma correta, acredito que a sociedade civil deve fiscalizar as ações do governo.

Essa fiscalização por parte da sociedade civil é necessária para o melhor andamento das políticas públicas, pois é a partir do controle social que é possível intervir em ações ou atos que não estão sendo realizados segundo o que está previsto na Lei.

Ainda sobre este ponto deu exemplo da Lei de acessibilidade, segundo ele:

“Por exemplo a bem pouco tempo foi aprovado a Lei de acessibilidade; nós aprovamos isso, mas nós aqui temos muitas barreiras arquitetônicas, as construções das centralidades; antes de se começar a construir nós falamos sobre a questão da acessibilidade porque há portas que a cadeira de roda não passa, mas o Governo não nos deu atenção sobre esse detalhe. A Federação teve que gritar (manifestar) na construção da centralidade do Kilam<sup>2</sup>ba onde não tinham projetado rampas nas construções dos prédios e tivemos que ir ao parlamento dizer a eles (Governo) que na sociedade Angolana também existe pessoas com deficiência e essas pessoas como ficam? Como vamos morar numa casa que eu não consigo entrar? Então foi por meio dessas discussões que se começou a construir as rampas nos prédios daquela centralidade, mas mesmo assim a construções de rampa não é o suficiente para suprir a acessibilidade, inclusive isto é violação dos Direitos das pessoas com deficiência.”

Sobre as leis existentes o entrevistado disse:

“A única Lei que a federação e demais entidades participaram foi a Lei da acessibilidade, aonde foi criada a comissão Nacional social onde o MINARS teve o cuidado de nos notificar e nós fizemos parte de uma comissão de trabalho onde fomos incluídos na comissão de trabalho para vermos os problemas, escutar os deficientes, e verificar os problemas que nós (deficientes) sentimos e demos as nossas opiniões. Essa foi a única Lei que foi discutida e nós participamos, o resto é feito em portas fechadas e depois só ouve-se na Rádio ou na televisão que foi

---

<sup>2</sup> Centralidade do Kilamba: Cidade do Kilamba Kiaxi é uma nova cidade no município de kilamba Kiaxi em Angola, na província de Luanda.

aprovada a Lei, mas isso também hoje o movimento das pessoas com deficiência, está numa dinâmica que a própria Nações Unidas começa a ver o ritmo que os outros Países levam sobretudo o Brasil e não tem como Angola ficar de trás, Angola tem que seguir o que os outros Países estão a fazer”.

Sobre a educação e empregabilidade para pessoas com deficiência em Angola o representante da ONG falou:

“Muitos de nós deficientes não conseguimos emprego, logo fica um pouco difícil nós conseguirmos pagar as exigências do Estado como cidadão. Por exemplo as taxas de circulação, os impostos etc. Nós aqui temos que pagar tudo isso mesmo o Estado sabendo da nossa realidade atual”.

O entrevistado acrescenta o seguinte:

“Nos dias de hoje nós já temos deficientes visuais e auditivos formados em Direito, mas isso porque nós também tivemos que lutar contra aquele estigma, passar algumas barreiras, mostrar que nós também pensamos e que também temos coração e foi assim que o Governo começou a compreender a situação, então o Governo começou a dar abertura e estipularam uma cota de 2% para emprego nas empresas onde na admissão dos trabalhadores tem que existir 2% de vagas reservado para pessoas com deficiência, se bem que muitos não cumprem porque muitos pensam que a pessoa por ser deficiente esta incapacitado de trabalhar ou prestar algum serviço ou não terá algum rendimento.”

Para terminar esta primeira análise das entrevistas realizadas em Angola acredito que realmente este estudo de campo foi fundamental para a responder o meu objetivo, mas pode-se perceber que a entrada para agenda do tema sobre “inclusão social de pessoas com deficiência” foi surgindo a partir da criação de Leis, programas, decretos etc. Assim sendo foi verificado que após aprovação de uma política pública, o processo de implementação deve ser cauteloso e acompanhado de perto pelos governantes ou responsáveis.

Infelizmente, segundo o relato pode-se perceber que não existe a participação social na política. Principalmente aquela participação por parte dessas pessoas que irão se beneficiar ou não dessas políticas, de modo que elas mesmas conseguiam expressar as suas maiores dificuldades e explicar as causas que defendem.

Com este estudo de caso realizado em Angola verificou-se que realmente essas políticas públicas, tem sua grande problemática no processo de formulação, fiscalização e avaliação dessas políticas públicas, sem esquecer que a participação social é consideravelmente pequena.

Os relatos transcritos acima levam-me a considerar como baixa atenção dada pelo governo a questão do deficiente apesar de existirem Leis que argumentam a favor da inclusão.

É o caso frisado pelo representante da ONG, dizendo que realmente essas Leis existem e o grande problema é a sua aplicabilidade. Ainda segundo o mesmo:

“Angola é um dos Países que tem mais leis para pessoas com deficiência, mas o seu cumprimento não funciona, as leis não estão argumentadas e aprovaram a Lei apenas

para as pessoas saberem que em Angola a Lei existe e beneficia esse grupo, mas a sua aplicação não funciona e ninguém fiscaliza”.

No Brasil esse movimento ou esta política de deficiente está ligada a secretaria dos Direitos Humanos, em Angola está no Ministério de Integração Social (MINARS) coisa que não devia acontecer porque tinha que estar ligado aos Direitos Humanos por causa da sua aplicabilidade e o seu controle porque deu para perceber que em Angola todo Mundo viola a Lei os nossos Direitos.

Com os relatos mencionados acima do estudo de caso realizado em Angola, pode-se constatar claramente que de fato existem políticas públicas para pessoas com deficiência, e sabendo que parte da população que reside em Angola possui algum tipo de deficiência podemos analisar que esta condição pode ser vista como um problema que foi inserido na “Agenda” e assim foi discutida pelos governantes do País.

Capella (2005) argumenta que “Uma questão passa a fazer parte da agenda governamental quando desperta atenção e o interesse dos formuladores de políticas públicas”

Assim sendo pode-se verificar que após a entrada para a agenda do governo os temas “inclusão social de pessoas com deficiência, número altos de pessoas com deficiência provenientes da guerra civil, calamidades, doenças e acidentes rodoviários etc.” foram criadas Leis, programas e decretos com objetivo de viabilizar o processo e dar a devida atenção para as pessoas com deficiência, visto que teoricamente na sociedade Angolana, normalmente, pessoas com deficiência em sua maioria são de camada mais pobre ou de baixa renda porquê. Podemos assim dizer que o Estado deve criar medidas financeiras, psicológicas e sociais para auxiliar essas pessoas e garantir os seus Direitos e Deveres como cidadão.

Em Angola os programas e projetos desenvolvidos em prol das pessoas com deficiência estão divididos em categorias aonde destaca-se o seguinte:

1. Programa de apoio social: O programa de apoio social estabelecido como medida de proteção social dos grupos vulneráveis, materializa-se através de diferentes projetos sociais nomeadamente:

- Projeto de assistência com bens alimentar as famílias vulneráveis;
- Projeto de assistência e proteção às crianças e adolescentes com necessidades especiais;
- Projeto de atribuição de meios de locomoção e ajudas técnicas as pessoas com deficiência;
- Projeto de assistência as populações afetadas por sinistros e calamidades naturais;

- Projeto de apoio com chapas de zinco e kits de integração para a melhoria das condições habitacionais das pessoas vulneráveis;

- Projeto de apoio alimentar e não alimentar as instituições sob controle do governo e de solidariedade social.

Estes programas têm os seguintes beneficiários: Pessoas com deficiência, jovens em situação de risco, Mães chefes de família, repatriados, refugiados asilados em Angola e outros cidadãos em situação de pobreza, devidamente identificados nas comunidades.

2. Programa de geração de trabalho e renda: O programa de geração de trabalho e renda, consiste em proporcionar oportunidades de ocupação remunerada, às diferentes categorias de grupos vulneráveis que encontram sob atendimento direto dos governos provinciais através das direções provinciais de assistência e reinserção social. O programa de geração de trabalho e renda materializa-se através de diferentes projetos sociais nomeadamente:

- Atribuição de kits profissionais;
- Expansão das cooperativas de:
  - Cooperativa de serralharia;
  - Cooperativa de corte e costura;
  - Cooperativa de barbearia;
  - Cooperativa de revenda de refrigerantes;
  - Cooperativa de sapataria;
  - Cooperativa de reparação de rádio-tv;
  - Cooperativa de moto-táxi;
  - Cooperativa quiosques;
  - Cooperativa de fabricação de blocos compactados;
  - Cooperativa de moinhos comunitários;
  - Cooperativa de pesca artesanal;
  - Cooperativa de apicultura/produção de mel
  - Cooperativa de produção de óleo de palma;
  - Cooperativa de criação de animais de pequeno, médio e grande porte;
  - Cooperativa de escola de informática e
  - Cooperativa de quiosque do engraxador.

Os beneficiários deste programa são: Pessoas com deficiência, jovens em situação de risco, Mães chefes de família, repatriados, refugiados asilados em Angola e outros cidadãos em situação de pobreza, devidamente identificados nas comunidades.

3. Programa de reabilitação baseada a comunidade: O programa de reabilitação baseada a comunidade (RBC) consiste em proporcionar assistência e apoio psicossocial de forma integral e multisetorial, a pessoas com deficiência (PCD), tendo em conta os recursos sociais direcionados à PCD, no quadro de um processo de desenvolvimento comunitário, progressivo, flexível e participativo, baseado nas condições, necessidades e disponibilidade da comunidade.

Diferente dos outros programas citados acima, este programa desenvolve apenas um programa que é o ao programa projeto de sustentabilidade, destacado pelo serviço de apoio psicossocial e reabilitação da comunidade.

Quanto aos beneficiários deste programa, ele é especificamente destinado a pessoas com deficiência, ou seja, este programa é diferente dos demais citados porque ele é especificamente para as pessoas com deficiência (PCD).

Devo ressaltar e reconhecer que o Governo de Angola tem trabalho em prol da implementação das políticas públicas para pessoas com deficiência. Também devo considerar o fato do País ter sofrido guerra civil que conseqüentemente teve muitas sequelas, como o número elevado de vítimas que deixou muitos deficientes. Por outro lado, seria bastante interessante seguir exemplo de muitos Países desenvolvidos que têm trabalhado a mais tempo nas políticas públicas para pessoas com deficiência e arranjar meios de fazer com que realmente elas funcionem por complemento e não haja irregularidades que é um dos grandes problemas verificado durante a pesquisa de campo.

Este trabalho de conclusão de curso é um estudo comparativo entre Angola e Brasil, portanto logo após realizar meu estudo de caso em Angola, tive que realizar estudo de caso no Brasil de modos a responder o objetivo geral e os específicos do meu trabalho.

Assim sendo começo este parágrafo fazendo análise das entrevistas realizadas no Brasil.

A primeira entrevista realizada com a professora de enfermagem e gerente do setor de acessibilidade da UNILAB, relatou que o setor de acessibilidade da instituição é responsável por permitir o acesso de alunos e funcionários da universidade. O setor é responsável também em identificar barreiras de acessibilidade, enviando memorando para a PROPAE e é encaminhado para cada setor específico.

O setor também tem como objetivo a sensibilização dentro da universidade, e tem parceria com outros setores que fazem parte da universidade, como a biblioteca.

Segundo a entrevistada, a política de acessibilidade que existe é segundo as normas já estabelecidas pela Lei ABNT 9050 que é uma norma que define aspectos relacionados a acessibilidade no meio urbano.

Este setor foi implementado em janeiro de 2016, segundo orientações do governo que criou uma portaria para a criação do setor. Na verdade, na Universidade antes não existia esse setor, mas existia interpretes de Libras e outros profissionais que trabalhavam com pessoas com deficiência.

Sobre as políticas, políticas e Leis para pessoas com deficiência, a profissional afirmou que “existem muitas leis e Políticas Públicas para pessoas com deficiência, mas algumas não funcionam como deve ser”. A professora afirmou também que “a contratação de pessoas com deficiência, nas empresas contratam pessoas com deficiência, mas não conseguem dar o suporte adequado” este ponto mencionado pela entrevistada podemos analisar que também é uma realidade vivenciada em Angola.

De acordo com Teixeira (2010) na sua dissertação de mestrado que fala sobre políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil, a autora ao falar sobre a deficiência no mercado de trabalho ela afirma que “A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é de responsabilidade do governo e das empresas”; a autora afirma também que “com a expansão do capitalismo, as empresas assumiram ou dividiram responsabilidades que eram anteriormente do governo.

Além do mais, buscar trazer a diferença para dentro da empresa, combatendo o preconceito e reconhecendo a igualdade essencial entre as pessoas, é uma atitude que faz parte da postura ética a ser adotada como valor e prática nos negócios.

A segunda entrevista realizada com uma professora de Libras entrevistada (B) da mesma instituição, que por sua vez é surda, sobre a existência de políticas públicas no geral e especificamente na Educação Especial a professora relatou o seguinte:

“Na verdade, existe a palavra política pública, mas uma parte prática ainda é algo novo. Na Educação Especial como é visto nas Escolas Especiais, tipo Escolas de surdos / síndrome down, cegos as escolas existem mas a metodologia do ensino, os materiais, ainda continuam de forma precária. Por isso, é preciso que tenha Lei, para que possa obrigar e fortalecer as formas de melhorar o ensino educacional”.

Quanto o relato mencionado acima dito pela professora embora esteja de acordo, alguns relatos já mencionados acima, constatou-se que a criação de Leis não é e não pode ser a única forma para solucionar todos esses problemas pois mesmo com a existência de Leis muitas delas não são regulamentadas e não são cumpridas; logo só a existência de Leis não é suficiente para resolver essa problemática.

Sobre esse contexto Kassar (2011) afirma que “Vivemos, portanto, a tensão entre ter conquistado direitos, inclusive na legislação, mas a dificuldade de implementá-los. Continuando essa linha de pensamento o autor faz menção a Educação Especial dizendo que “Após muita luta para ser garantida como um direito, a inclusão é garantida na legislação, mas assim como outros avanços em termos de direitos na educação, a implementação sofreu os impactos das redefinições no papel do Estado e dificuldades na sua materialização”.

Sobre ter apoio do governo para lidar com a deficiência a professora disse que o apoio dela foi particular, mas quando era pequena foi levada para São Paulo onde morou por 20 anos e lá tinha professora particular e era tudo gratuito.

A professora também conta sua história de discriminação vivida no seu trabalho e por aí a fora:

“Antes tinha muita discriminação, quando cursava o ensino médio. Sofri muito *bullying* devido minha voz, mas graças à minha família que sempre me apoiou. Atualmente, apenas me sinto um pouco isolada por ser a única professora surda, e os demais professores não terem a base de conhecimento da língua do surdo. Agora por exemplo, entrou uma professora de literatura ela tem domínio de LIBRAS, isso me deixou segura, pois adiante vai facilitar minha comunicação”.

A professora completa dizendo que:

“As barreiras sociais que ela enfrenta no dia a dia são: Falta de conhecimento da Libras, as pessoas não sabem se comunicar com os surdos, as pessoas têm receio de conversar com surdos por não saber a língua deles, falta de conhecimento da Lei de libras e seu decreto”.

A terceira entrevista que teve como participante o estudante moçambicano, entrevistado do curso de Administração Pública, é deficiente visual e deu o seu contributo para a realização da entrevista. Assim sendo o estudante começou por dizer que a cegueira surgiu devido uma doença de sarampo que deixou como seqüela a cegueira total e foi adquirida quando tinha 3 anos de idade.

O estudante completou o argumento dizendo que é beneficiário da política de inclusão existente na universidade, e ressaltou que antes de se inscrever consultou a UNILAB relatando sobre suas condições de modos a saber se a universidade tinha condições de receber um aluno com essa deficiência, mesmo com um pouco de demora a universidade respondeu e disse que sim.

Nesta entrevista foi verificado também que o estudante teve que correr atrás dos seus Direitos onde a respeito do assunto ele frisou o seguinte:

“Em Moçambique fui atrás dos meus Direitos, de tantos Direitos que existem no decreto de Lei Moçambicano para pessoas com deficiência, a falta de comprimento dos mesmos, tive que ir em busca dos meus Direitos, apesar de não ter conseguidos todos, mas consegui me beneficiar de alguns como é o caso do subsídio de

transporte onde eu não pagava o transporte e agora estou vendo se consigo um auxílio de assistência social por parte do Governo para ajudar com sustentabilidade aqui no Brasil”

Importante mencionar que o estudante fez parte de organizações sociais reconhecidas por parte da sociedade em Moçambique e disse ainda que não gosta de reclamar e vai sempre atrás do que quer. Logo o caso desse estudante é uma experiência viva para acabar com certos mitos que foram mencionados no capítulo que retrata a história da deficiência onde olhavam para as pessoas com deficiência como seres incapacitados de exercer suas funções e que consequentemente devem ser isolados dos demais e infelizmente essa problemática ainda é enfrentada nos dias de hoje e para qualquer pessoa com deficiência é extremamente fundamental o apoio incondicional da família de modos a ajudar a enfrentar essas barreiras que as PCD enfrentam no dia a dia.

Ainda referente a esse aspecto estou de pleno acordo com Kassir (2011) quando a autora afirma que “o discurso de inclusão social está presente nas ações que fazem parte das políticas universais (políticas educacionais, sistema único de saúde –SUS, sistema único de assistência social-SUAS) preconizando acesso de todos. No entanto pressupõe que cada sujeito tem méritos próprios que determinam o sucesso e fracasso pessoal, sem a consideração de pertencimento a diferentes classes sociais. ”

A quarta e última entrevista realizada, foi feita com um jovem profissional do setor de assessoria de comunicação da UNILAB que é fundador e presidente de uma instituição para crianças com deficiência que fica localizada no município de Redenção. O entrevistado contribuiu com uma série de declarações referentes a sua instituição afirmando que infelizmente não tem apoio da esfera pública do Município onde a instituição atua, destacando o seguinte:

“A instituição tem parceria com outras instituições como hospitais em Fortaleza e outras instituições como o instituto PERTEPAN, e o IMPRED. A instituição existe a dois anos e trabalha com 60 crianças, os tipos de deficiência que temos no instituto são: Síndrome de Down, Ossos de Vidro, Paralisia cerebral, deficiência física e visual. A instituição ainda não tem apoio do Estado, a gente está tentando, mas ainda não conseguiu fazer nenhuma parceria com as entidades públicas. É a única instituição dentro do Maciço de Baturité que trabalha com crianças com deficiência. O que motivou a criação da instituição foi quando em 2014 tive uma filha que nasceu com Ossos de Vidro, e ela passou cinco meses apenas com a gente e acabou por morrer. Como a gente não tinha nenhum conhecimento dessa questão especial, a gente via muito, mas não tinha como consentir na pele sobretudo pelo que a gente passou, então a gente decidiu ajudar outras famílias de crianças que estavam passando pelas mesmas dificuldades, questões financeiras, e por questões da sociedade, aí surgiu a ideia de criar a instituição para abraçar as crianças e suas famílias”.

Ainda fez outro relato:

“O grande problema de uma criança especial está na criação, porque uma criança Especial tem que aceitar que ela é especial e aceitar suas limitações, mas há que se mostrar a criança que realmente ela é limitada mas ela pode ir além e pode vencer os obstáculos, o instituto visa muito o social dessas crianças. A gente coloca sempre as crianças especiais a conviverem com crianças normais porque a gente acredita que elas vendo os obstáculos, elas vendo as limitações, elas podem ultrapassar assim, um exemplo recentemente de um grupo de jovens com síndrome de down montaram uma pizzaria em São Paulo e hoje está dando certo e estão crescendo cada vez mais. Uma criança de ossos de vidro, ela foi diagnosticada com 2 anos de idade e passou por todo processo, hoje ela tem 19 anos e ela está vencendo”.

Ainda sobre o trabalho que o instituto desenvolve, o entrevistado disse-me que o instituto também nasceu com a intenção de ir buscar o que é de Direito mas não está sendo dado. Então a gente vai atrás dos Direitos dessas crianças segundo aquilo que foi estabelecido por Lei. Muitas famílias não aceitavam que se seus filhos eram especiais e limitavam-lhes a conviver com o social, mas hoje com o nosso instituto conseguimos mudar um pouco essa realidade e a instituição é muito procurada devido esse nosso diferencial.

Sobre os profissionais existentes na instituição o entrevistado disse:

“Temos Psicoterapeuta, psicólogos, técnicos, enfermagem, enfermeiros, assistentes sociais, Advogados, Administradores e Professores. A gente está procurando apoio da prefeitura para ver se conseguimos uma sede, porque tudo funciona na minha casa e às vezes é complicado, precisamos de uma sede própria porque o número de crianças está aumentando e tenho a impressão que daqui a pouco a gente não irá só atender crianças de Redenção e Baturité, mas sim do Maciço todo. Redenção tem mais de 3000 crianças especiais e eu só estou atendendo 60 crianças então é muito pouco para aquilo que o instituto quer fazer e é capaz de fazer. Também realizamos algumas atividades durante o ano e temos o apoio institucional da UNILAB que nos disponibiliza espaço e transporte para a realização da nossa atividade. E também participamos em algumas atividades promovidas pela UNIFOR (Universidade de Fortaleza) e outros eventos que são realizados por instituições que têm o mesmo caráter.”

O discurso desse entrevistado é a prova concreta que a sociedade numa forma geral não pode depender muito e esperar certas iniciativas por parte do governo ou órgão público para a resolução de qualquer problema, ainda que seja obrigação do poder Público responder e solucionar toda problemática social que possa vir a existir. Mas claramente o entrevistado demonstrou que realmente as pessoas só sentem o agravamento de um problema quando acontece conosco ou com pessoas mais próximas a nós; a ideia de criar a instituição foi porque ele passou pela situação de ter uma filha que nasceu com ossos de vidro e infelizmente depois de 5 meses morreu. A partir disso, criou essa instituição cujo principal objetivo é acolher, confortar as famílias e as crianças com deficiência e acima de tudo ensinar as famílias dessas crianças que isola-las do meio social não é a melhor solução para resolver o problema. Nota-se uma mobilização da sociedade civil organizada em buscar resolver um problema de ordem pública. As demandas por políticas públicas, ou seja, a formação da

agenda, passa pela organização da sociedade civil, por meio dos movimentos reivindicatórios e outras instâncias criadas no seu seio. Também pude analisar que esta ONG hoje só não trabalha com um número elevado de crianças por falta de apoio dos órgãos públicos que até o momento não se mostraram interessados em abraçar o projeto.

## **2- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Inicialmente devo lembrar que este trabalho se limitou em estudar as questões relacionadas apenas com as pessoas com deficiência que claramente possui capacidade laboral e merece que seus Direitos e Deveres como cidadão sejam garantidos pelo Estado e pela sociedade civil.

De acordo com os levantamentos bibliográficos e entrevistas, verificou-se que realmente existem políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil e em Angola, porém existem grandes dificuldades de efetivação dessas políticas nas duas nações que fazem parte da CPLP.

Com o estudo realizado foi possível identificar o perfil da pessoa com deficiência do Brasil e Angola que na verdade podem até ser Países diferentes e com realidade bem distintas, mas quanto ao perfil da pessoa com deficiência foi possível verificar que os dois Países nesse aspecto têm realidades semelhantes, onde a pobreza está altamente relacionada com a deficiência, a falta de acesso a saúde, o saneamento básico, as infraestrutura e educação de qualidade aumenta significativamente a chance de uma pessoa nascer ou adquirir algum tipo de deficiência.

O outro aspecto que também pode ser levantado aqui é o fato do nível de escolaridade dos deficientes em relação ao nível de escolaridade de pessoas que não têm deficiência, uma das justificativas desse aspecto pode ser o fato do acesso as escolas, o material que tem que ser adaptado e outro fator que deve ser aqui mencionado é o fato da sociedade de uma forma geral achar que o deficiente não pode trabalhar nem se qualificar a esse ato devemos até dizer que virou mesmo uma cultura ou hábito das pessoas acharem que as pessoas com deficiência são pessoas incapacitadas de exercer qualquer trabalho ou se qualificar.

De fato, devo reconhecer que os governos de Angola e Brasil têm medido esforços e ações em prol de uma sociedade igualitária e mais inclusiva, mas a realidade verificada quanto aos resultados dessas políticas públicas que visam ao combate à exclusão, discriminação etc, não são muito satisfatórias, notou-se que os governos de Angola e Brasil

não estão em sintonia com as reais necessidades da sociedade, ou existe falta de comprometimento com a real solução para os problemas.

Sobre as políticas públicas é importante aqui mencionar também os governos dos dois Países. Estão dando uma considerável atenção para as políticas públicas para pessoas com deficiência, criando políticas, conselhos e programas que promovem e contribuem para a inclusão social, mas infelizmente essas políticas não são bem utilizadas devido as ações mal formuladas.

A formulação de políticas sociais que buscam incluir a pessoa com deficiência na sociedade não procura recorrer aos deficientes para saber por intermédio dos mesmos sobre as suas reais necessidades e prioridades. Fato este que faz com que a construção dessas políticas seja consideravelmente simplista, normalmente são formuladas por pessoas que não serão os beneficiários na prática.

Quanto a implementação dessas políticas públicas o problema é que às vezes se têm uma certa pressa de implementar logo essas políticas no ambiente alvo sem que o mesmo seja devidamente preparado e logicamente não dá para esforçar um processo se não houver a necessária preparação estrutural e social, e a pressa pode ser justificada pelo fato de se querer mostrar resultados imediatos dessas políticas.

Referente a sociedade civil, esta possui também uma responsabilidade nos resultados insatisfatórios na implementação das políticas públicas. Podemos mencionar principalmente a realidade angolana onde é um País democrático, mas que ainda não atua de forma participativa no acompanhamento dos processos nas fases de elaboração e implementação das políticas. Importante ressaltar que esta realidade mencionada não diferencia muito da realidade brasileira, mas de fato em termos de participação, o Brasil está mais avançado em relação Angola, o controle social é pouco utilizado com isso dificulta bastante a participação da sociedade em criticar e opinar.

Essa pesquisa possibilitou identificar o desempenho das ONGS estudadas e verificar o quanto o seu desempenho é fundamental e importante em qualquer sociedade. As ONGS funcionam como porta voz da sociedade e elas podem funcionar também como grupo de pressão sobre o governo que reivindica a formulação e adequação das Leis, e as mesmas também podem fazer enquadramento em determinados órgãos políticos para conseguirem repasse para se manter. Porém realmente há que se reconhecer o empenho das ONGS e o grande problema que muitas vezes elas enfrentam, o processo extremamente burocrático e demorado que faz com que muitas organizações não sobrevivam e acabam muitas das vezes por desistir até o reconhecimento de oficialização por parte do governo.

Importante reconhecer que as ONGS normalmente são fundadas por pessoas que vivenciaram de perto o problema ou estão ligados ao problema, fato esse que torna as ações da maneira mais assertiva, e também não se pode esquecer que as suas prestações de serviços contribuem bastante para o combate da exclusão social.

Tendo em conta a relevância do tema e algumas limitações que surgiram na coleta de dados, sugiro investigações futuras relacionadas a esse tema, porque uma das dificuldades que encontrei ao fazer a pesquisa para esse trabalho foi no material Bibliográfico que retratasse sobre esse tema e assim pude perceber que realmente existe consideravelmente poucos estudos nessa área principalmente referente a realidade Angolana não consegui muito material que falasse sobre essa temática assim sendo sugiro mais pesquisas exploratórias a respeito dessa temática.

## REFERÊNCIAS

- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp, 2001. Disponível em : <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>. Acesso em: 11 Jun. 2017.
- ALYRIO, R. Danilo. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.
- ANGOLA. **Plano estratégico de desenvolvimento da educação especial para o período de 2007-2015**. Cap. I- Antecedentes /Contexto: Luanda: Instituto Nacional de Educação Especial, 2006.
- ARANHA, maria. **Paradigmas da Relação da Sociedade com as Pessoas com Deficiência**. RMPT: ano XI.n. 21. p 160-173. Mar., 2001.
- CARMO, Maria Izabel Mazini. **As condições da classe operária á época da revolução industrial**. [20??] Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/condicoes-da-classe-operaria-epoca-da-revolucao-industrial>. Acesso em: 11.Junh.2017
- BERNARDES, L.C.G. **Avanço das políticas públicas para as pessoas com deficiência: uma análise a partir das conferencias nacionais**. Brasília: Secretária de Direitos Humanos, 2012.
- BAROLO, Lorena, at al. **Breve histórico da deficiência e os seus paradigmas**. RNEPIM, Curitiba, v.2, p.123 -144. 2011.
- CAPELLA, N. Cláudia Ana, **perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas**, RBIBCS. Volº61, 2006.
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) segundo a secretária de **Direitos Humanos da Presidência da República**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade>. Acesso em: 11. Jun.2017.
- DA COSTA, M.A. COSTA, Maria de Fátima: **Projeto De Pesquisa Entenda e Faça**. 5. ed. Petrópeles, Editora Vozes, 2014.
- GUGEL, maria. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**: Segundo AMPID. Disponível em: [http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php). Acesso em: 11. Jun.2017.
- MACIEL, C.E. *at al.* **Políticas Sociais, Políticas de Inclusão In: KASSAR M.C.M(org): DIÁLOGOS COM A DIVERSIDADE: SENTIDOS DA INCLUSÃO**. CAMPINAS. MERCADO DE LETRAS, 2011.
- SOUZA. celina. **Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. RBCS: São Paulo.vol18. nº51.p16-20. Janeiro,2003.

\_\_\_\_\_**Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias: Porto Alegre. Ano8. nº16. p.20-45. Jul. /Dez, 2006.

SILVA, Lidia. M. DA. **Educação Inclusiva e Formação de Professores.**2009.90f. Trabalho de Conclusão de Curso-Instituto Federal de Educação, Cuiabá – MT,2009.

SASSAKI, Romeu. Kazumi. Termologia Sobre Deficiência de Reabilitação, São Paulo, ano 5, n.24 jan. Fev. 200. Disponível em: [http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/456\\_inclusao%20e%20ambiente%20organizacional.pdf](http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/456_inclusao%20e%20ambiente%20organizacional.pdf). Acesso em:10 de junho de 2017.

TEIXEIRA, Marina. C. A. **Políticas Públicas Para Pessoas Com Deficiência No Brasil.**2010.130f. Dissertação de Mestrado-Fundação Getúlio Vargas, São Paulo,2010.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência.** Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/cartilha-do-censo-2010-pessoas-com-deficiencia> Acesso em: 11 jun. 2017.

OLIVEIRA, Anna, S, A, DE, POKER, B. Rosimar. **Educação Inclusiva e Municipalização: Experiência em Educação Especial de Paraguaçu Paulista.** Rev. Bras. Esp.v8, n2. p.233-244. Jul. Dez, 2002.

RESULTADOS DEFINITIVOS RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO – 2014. Luanda, Angola: Instituto Nacional de Estatística, 2016. Disponível em: [http://www.info-angola.ao/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4654:resultados-definitivos-do-censo-2014&catid=736&Itemid=1816](http://www.info-angola.ao/index.php?option=com_content&view=article&id=4654:resultados-definitivos-do-censo-2014&catid=736&Itemid=1816) Acesso em: 11 jun. 2017.

REVOLUÇÃO industrial. UOL, disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-moderna/revolucao-industrial>. Acesso em: 11. Jun. 2017.

PENTEADO, Claudio; FORTUNATO, Ivan. **Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios.** RBCS, v. 30, n. 87. Fev. 2015

MINISTERIO DA ASSISTÊNCIA E REINSERÇÃO SOCIAL, (2016), MANUAL DE RECURSOS DE APOIO Á DEFICIÊNCIA, LUANDA, ANGOLA (2016).

MINISTERIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS, (2014) direitos inclusão e participação convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo opcional, maio. Luanda (2014).

O Ciclo das Políticas Públicas, Disponível em:< <http://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>>. Acesso em: 11. Jun.2017.

Presidência da República Casa Civil, decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Brasília, Brasil (1999).

## ANEXOS

### Anexo A: Questões para entrevista

Objetivos      Formas de obtenção dos dados/Questões

identificar as políticapolíticas públicas para pessoas com necessidades especiais, suas leis e diversos projetos existentes nessa área de estudo nos Países de Angola e Brasil (geral)

Levantamento de informações na internet; entrevista com responsáveis pelos órgãos governamentais que cuidam dessas questões

Identificar os problemas enfrentados pelas famílias que têm membros com deficiência (específico)      Entrevista com pessoas que fazem parte ou frequentam a ong XXX;

Demonstrar a importância das políticas públicas voltadas para pessoas com necessidades especiais

Fazer uma comparação das políticas públicas existentes em Angola e Brasil.

### Roteiro de entrevista

#### Bloco 1: Informações pessoais

Nome

Idade (criar faixa etária)

Profissão

Deficiência (próprio deficiente, familiar de deficiente, amigo ou amiga de deficiente, outros)

Deficiência Visual (cegueira ou baixa visão)

Desde quando tem a deficiência

Como aconteceu

o tipo de deficiência, o grau da deficiência, o ciclo de vida, tipo de domicílio, as condições socioeconômicas e nível de renda

#### Bloco Geral

assistência pessoal,

serviços de profissionais especializados na área de deficiência

tecnologia assistiva (próteses, órteses, equipamentos necessários à terapia e reabilitação, equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho, elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal, elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização, equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação, adaptações ambientais e outras que garantam o acesso e também as bolsas coletoras (para pessoas com ostomia)

Conta com o apoio de entidades filantrópicas ou governamentais

Bloco 2 – Educação e Trabalho

A deficiência te incapacitou para o trabalho que realizava antes do acidente (ou algo que a incapacitou)? Como?

Você teve ou tem apoio do governo para lidar com sua deficiência? Exemplifique (essa questão pode estar em todos os eixos, dado que podem existir políticas públicas nos diferentes níveis)

Bloco 3 – Saúde e reabilitação

Você teve ou tem apoio do governo para lidar com sua deficiência? Exemplifique

Bloco 4 – Acessibilidade

edificações, espaços arquitetônicos e urbanísticos, a todos os modos de transporte, à habitação, aos bens culturais, à comunicação e à informação (telefonia fixa e móvel, sítios eletrônicos, televisão, legendagem, língua de sinais e audiodescrição),

Quais são os principais impedimentos corporais/físicos para desempenhar as atividades do dia a dia?

Quais as barreiras e/ou facilitadores sociais enfrentados?

